



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**CAMILA CASAGRANDE VAILON**

**INVISIBILIDADE OU CAPILARIDADE DO MOBILAR EM SANTA CATARINA?**

**CHAPECÓ  
2023**

**CAMILA CASAGRANDE VAILON**

**INVISIBILIDADE OU CAPILARIDADE DO MOBILIDADE EM SANTA CATARINA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilda Merêcia Rodrigues

**CHAPECÓ**  
**2023**

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Vailon, Camila Casagrande  
Invisibilidade ou capilaridade do MOBRAL em Santa  
Catarina? / Camila Casagrande Vailon. -- 2023.  
66 f.:il.

Orientadora: Doutora Marilda Merênciã Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2023.

1. Ditadura Militar. 2. Movimento Brasileiro de  
Alfabetização. 3. MOBRAL. 4. Santa Catarina. I.  
Rodrigues, Marilda Merênciã, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**CAMILA CASAGRANDE VAILON**

**INVISIBILIDADE OU CAPILARIDADE DO MOBILIZADO EM SANTA CATARINA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/07/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

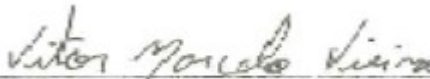


---

Prof.ª Dr.ª Marilda Merência Rodrigues – UFFS  
Orientadora

---

Prof. Dr. Fernando Vojniak – UFFS  
Avaliador



---

Prof. Dr. Vitor Marcelo Vieira  
Avaliador

Dedico este trabalho aos meus mestres, que contribuíram diariamente na minha jornada e formação acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Nessa trajetória chamada vida, mais um ciclo se encerra. Lá se foram cinco anos da graduação em História, desde o seu início em dois mil e dezoito, até o presente momento da escrita deste trabalho. Pensar nos agradecimentos que vão se eternizar, é percorrer um filme que se passa pela cabeça, os vínculos que foram construídos com afeto, é relembrar dos colegas que dividi momentos nessa turbulência chamada Universidade. É com eles que contei para ter suporte nos dias cinzas e radiantes, como uma tarde de verão, em especial, daqueles que caminharam ao meu lado, a estes devo meu agradecimento.

Não poderia começar de outra maneira se não agradecendo a minha orientadora Professora Marilda Merênci Rodrigues, meu referencial enquanto profissional. Foi em um momento turbulento, angustiante e de incertezas que a professora aceitou o meu convite para conduzir esse Trabalho de Conclusão de Curso. Não foi fácil esse caminho, tivemos que reelaborar o percurso diversas vezes. Agradeço pelo imenso conhecimento compartilhado, aos “puxões de orelhas”, orientações, reflexões, correções e aprendizagens. Obrigada!

Aos meus familiares por todo apoio e dedicação nessa trajetória, em especial a minha prima Letícia Casagrande, pedagoga, formada em uma instituição federal, tive como exemplo e dedicação na área da Educação. A minha mãe Elenice e ao meu pai, Orico, por todo auxílio nessa caminhada. Não posso deixar de agradecer, minha fiel companheira felina Nina (*in memoriam*), que esteve sempre ao meu lado, em um dos momentos mais agoniantes, como foi a pandemia. Sendo minha dose diária de serotonina, companheirismo e alegrias, além de estar presente nas aulas online.

Ao Cassiano, colega de graduação que hoje compartilhamos a vida, agradeço por todos os momentos vivenciados nesse ciclo acadêmico; os incentivos, os conselhos e as trocas de experiências. Obrigada por me ensinar um pouco sobre História Moderna, por encorajar com palavras de incentivos quando pensei em desistir, por ter paciência ao ouvir as minhas frustrações e me manter com o pé no chão quando eu queria alcançar voos altos. Sou grata por ter dividido esse processo de escrita e pesquisa, no qual conversamos bastante sobre o tema deste trabalho e os diálogos calorosos sobre educação. Obrigada pelo apoio mútuo!

Aos meus colegas de graduação, Carla, Mariéli, Gabriele, Taynara e Anderson, que fizeram parte dessa jornada exaustiva. Dividimos as angústias e as conquistas pelas quais passamos ao longo da graduação, compartilhamos vários momentos de risos durante as noites, dentro e fora da sala de aula, a presença de vocês foi muito importante, deixando a vida mais leve nesse ciclo que é turbulento. Além das amizades que foram construídas diariamente no transporte, de Quilombo à Chapecó, em todas as tardes e noites, as idas e vindas se tornaram menos cansativas. Em especial à

Ana Paula, Camili, Evelyn, Eni Adriana, Gabriel, Jaqueline, José e o Rian, obrigada por cada conversa jogada fora e as piadas sem graça que todos riam, não posso deixar de mencionar a Júlia que adoçava nossas noites com trufas, todos nós nos esbaldávamos com aqueles doces.

Aos docentes, vocês foram essenciais na minha formação acadêmica e pessoal. Meu agradecimento ao Délcio Marquetti, Renilda Vicenzi, Renato Viana Boy, Ricardo Machado e Bruno Picoli. Pelos conhecimentos e os diálogos entre uma aula e outra, me fizeram entender que a teoria é importante, mas a prática da sala de aula é fundamental e cheia de obstáculos, além disso, me ajudaram a sair da bolha e questionar o mundo que nos rodeia. Agradeço também, ao Professor Vitor Marcelo Vieira que se fez presente na qualificação, trazendo reflexões e comentários valiosos sobre a minha pesquisa e ao Professor Fernando Vojniak pelos apontamentos e questionamentos. Sem a presença de vocês nesse processo nada seria possível.

À Universidade Federal da Fronteira Sul, por dar a possibilidade de realizar o estágio não-obrigatório no Departamento de Gestão Documental, uma faceta completamente diferente da licenciatura. Meu agradecimento especial à Cinara Flores, Daniele Zimmermann e ao Eliseu dos Santos, pela oportunidade de trabalho e os ensinamentos sobre a gestão de arquivos, vocês foram fundamentais em despertar em mim essa curiosidade sobre os arquivos, esquecidos e empoeirados. Por fim, ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (GEHDEB), que me acolheu recentemente, sempre dispostos a dialogar com os membros, uma oportunidade única, avante!

*“(...) quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a emoção é um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado, a do silêncio (...)” (FARGE, 2017, p. 37).*



## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o qual foi institucionalizado no contexto da ditadura militar, em 1967, sob o governo autoritário do general Arthur da Costa e Silva. Essa pesquisa parte da possibilidade alinhada com a História da Educação Brasileira, objetivando compreender a presença do MOBRAL em Santa Catarina entre os anos de 1970 a 1985, a partir da sua institucionalização governamental, criação e implementação de seus programas de ensino para jovens e adultos analfabetos no território catarinense, uma vez que, a partir da realização do levantamento bibliográfico, percebeu-se a falta de produções acadêmicas vinculadas ao Movimento no estado. A análise metodológica utilizada na pesquisa, contempla a principal fonte utilizada nesse trabalho, disponibilizada pelo acervo do Arquivo Público de Santa Catarina, intitulada *Programa de Desenvolvimento Cultural*, além do cruzamento de fontes primárias auxiliares disponibilizadas pelo Portal do Domínio Público. A partir destes documentos, pretende-se investigar a invisibilidade ou capilaridade do MOBRAL, problematizando as suas formas de implementação no território catarinense, e como se relacionam com as dinâmicas políticas, sociais e educacionais da região. Além disso, objetiva-se compreender a influência e participação de grupos políticos ou sociais no processo de implementação e/ou na disponibilidade de recursos financeiros e humanos para a viabilização do projeto. A pesquisa divide-se em três capítulos, sendo que no primeiro deles realiza-se uma introdução da escolha da temática e o seu levantamento teórico-metodológico. No segundo capítulo é realizada uma revisão de literatura, a partir de um balanço de pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em História e Educação das duas maiores universidades de Santa Catarina, além do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a partir do qual realiza-se uma contextualização nacional da implementação do MOBRAL. No terceiro capítulo, por sua vez, é feita uma análise das fontes documentais nacionais e estadual, seus conteúdos e suas características, com a intenção de encontrar relações entre o Movimento e suas diretrizes no estado de Santa Catarina, buscando dar visibilidade a uma temática pouco explorada no meio acadêmico.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Movimento Brasileiro de Alfabetização; MOBRAL; Santa Catarina.

## RESUMEN

El tema de esta conclusión de curso es el Movimiento Brasileño de Alfabetización (MOBRAL), que se institucionalizó en el contexto de la dictadura militar en 1967, bajo el gobierno autoritario del General Arthur da Costa e Silva. Esta investigación parte de la posibilidad alineada con la Historia de la Educación Brasileña, con el objetivo de comprender la presencia del MOBRAL en Santa Catarina entre los años 1970 y 1985, desde su institucionalización gubernamental, creación e implementación de sus programas de enseñanza para jóvenes y adultos analfabetos en el territorio catarinense, ya que, a partir del relevamiento bibliográfico, se constató la falta de producciones académicas vinculadas al Movimiento en el estado. El análisis metodológico utilizado en la investigación incluye la fuente principal utilizada en este trabajo, puesta a disposición por el acervo del Archivo Público de Santa Catarina, titulada Programa de Desarrollo Cultural, además del cruce de fuentes primarias auxiliares puestas a disposición por el Portal de Dominio Público. A partir de estos documentos, se pretende investigar la invisibilidad o capilaridad del MOBRAL, problematizando sus formas de implantación en el territorio de Santa Catarina, y cómo se relacionan con las dinámicas políticas, sociales y educativas de la región. Además, pretende comprender la influencia y participación de grupos políticos o sociales en el proceso de implementación y/o en la disponibilidad de recursos financieros y humanos para viabilizar el proyecto. La investigación se divide en tres capítulos, el primero de los cuales presenta la elección del tema y su estudio teórico-metodológico. En el segundo capítulo, se realiza una revisión bibliográfica, basada en una revisión de las investigaciones realizadas en los programas de posgrado en Historia y Educación de las dos mayores universidades de Santa Catarina, además del Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES, a partir del cual se realiza una contextualización nacional de la implementación del MOBRAL. El tercer capítulo analiza las fuentes documentales nacionales y estatales, sus contenidos y características, con la intención de encontrar relaciones entre el Movimiento y sus directrices en el estado de Santa Catarina, buscando dar visibilidad a un tema poco explorado en el medio académico.

**Palabras-clave:** Dictadura Militar; Movimiento Brasileño de Alfabetización; MOBRAL; Santa Catarina.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Recorte da capa do documento <i>Programa de Desenvolvimento Cultural</i> .....	46
Imagem 2 – Recorte da lista de Cadastramento dos Grupos Folclóricos.....	48
Imagens 3 e 4 – Recorte da lista de Cadastramento dos Grupos de Teatro.....	48
Imagem 5 – Recorte da lista de Cadastramento de Corais.....	49
Imagens 6 e 7 – Recorte da lista de Eventos Culturais realizados em Santa Catarina.....	49

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Teses e dissertações localizadas no Catálogo da CAPES.....	26
Quadro 2 – Documentos relacionados ao MOBRAL – Portal do Domínio Público.....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EJA – Educação de Jovens e Adultos

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PPGE – Programa de Pós – Graduação em Educação

PPGH – Programa de Pós – Graduação em História

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UMESP – Universidade Metodista de São Paulo

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNISO – Universidade de Sorocaba

UNIUBE – Universidade de Uberaba

USF – Universidade São Francisco

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 Percurso teórico-metodológico.....	16
<b>2 MOBRAL: UM VELHO CONHECIDO?.....</b>	<b>22</b>
2.1 Contexto histórico nacional: o cenário por trás da repressão.....	28
2.2 A implementação do MOBRAL: alfabetização para jovens e adultos.....	30
<b>3 RASTREANDO AS FONTES DOCUMENTAIS DO MOBRAL: PERCURSOS E ANÁLISES.....</b>	<b>34</b>
3.1 O que as fontes falam sobre o MOBRAL?.....	36
3.2 Invisibilidade ou capilaridade do MOBRAL em Santa Catarina?.....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A professora e escritora bell hooks (2017)<sup>1</sup> ressalta em seu livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* que a educação deve formar indivíduos preocupados em estabelecer o diálogo, a partir de um processo educativo pautado na problematização da realidade social. Nesse sentido, o aprendizado em sociedade, que era permeado pelo âmbito familiar, passou a ocupar outros espaços de transformações sociais, influenciando nas formas de instruir, ensinar e aprender, sendo a escola o meio formal privilegiado nesse processo.

Assim, apontamos que as relações humanas em nossa sociedade são permeadas por rupturas e continuidades, e isso também ocorre na educação brasileira. De acordo com Paiva (1987), a educação só passou a ser vista de forma significativa a partir da revolução de 1930. Mesmo com a persistência de desigualdades socioeconômicas e regionais, além dos programas educacionais que foram sendo criados e extintos ao longo dos anos. Por isso, neste trabalho fez-se necessário observá-las à luz da História da Educação, para compreender como esses elementos são diferentes em cada período histórico. Considerando isso, vale destacar, inicialmente, o percurso desta pesquisa.

É imprescindível trazer à tona os primeiros passos que se deram em meados de 2021. Sempre tive o anseio de pesquisar na área da ditadura militar, com o desejo de uma pesquisadora iniciante, buscando investigar os sujeitos desconhecidos que se fizeram presente naquele contexto histórico. Dessa maneira, não bastava investigar, mas mapear esses indivíduos desaparecidos ou até mesmo esquecidos pela História, tendo como foco o estado de Santa Catarina, e mais especificamente a região oeste, pouco explorada em trabalhos acadêmicos com esse viés. Com o intuito de tirar o foco das grandes capitais brasileiras e voltar o olhar para as cidades interioranas catarinenses, contudo, essa proposta inicial foi idealizada, mas ainda não foi levada adiante no âmbito desta pesquisa.

Naquele momento, mediante alguns impasses, surgiram vários questionamentos que me fizeram refletir sobre as minhas experiências vivenciadas ao longo da graduação, em especial a vivência no estágio curricular, realizada pelo Programa de Residência Pedagógica<sup>2</sup>, período em que

---

1 Sobre o nome de bell hooks ser empregado em letra minúscula: essa prática surge a partir de uma postura da própria autora que criou esse nome em homenagem à sua avó e o emprega em letra minúscula como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa.

2 Durante a graduação, participei como bolsista e voluntária do Programa de Residência Pedagógica, compondo o subprojeto do curso de História (2020-2022), da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó, realizada na

foi marcada pela extensa pandemia da COVID-19. A experiência com o estágio ocorreu em uma escola básica do município de Chapecó/SC, com as turmas do segundo e terceiro ano do ensino médio, tendo alunos na faixa etária aproximada dos 15 aos 17 anos, em um primeiro momento as aulas ocorreram à distância e, posteriormente presenciais. Foi um desafio não apenas em problematizar o cotidiano dos estudantes, mas também pela incerteza quanto à minha capacidade de não ser uma professora que construísse o conhecimento com os alunos.

Foram meses de aprendizado em sala de aula, onde não só os estudantes aprenderam, mas também a jovem professora em formação, que estava realizando seu estágio curricular, e se sentiu desafiada em entender aquele universo cheio de diferentes personalidades e ao mesmo tempo aprendendo a lidar com a aprendizagem dos estudantes. Levando em consideração esse primeiro desafio, comecei a ponderar sobre a importância da educação para os jovens e adultos, esses já em uma idade avançada, quando procuram a escola para retornar a estudar, com a expectativa de que a educação seja um meio para melhorar as suas condições de vida, bem como preencher as lacunas que marcaram a descontinuidade da instrução escolar na infância e juventude.

Após essa trajetória, com outro propósito, inicia-se o mapeamento sobre meus interesses para pesquisar no trabalho de conclusão de curso. Dessa forma, senti a necessidade e o comprometimento em voltar o meu olhar para aquela menina que fui, aos 15 anos de idade, quando estava na educação básica, aprendendo sobre os conteúdos voltados à Ditadura Militar no Brasil, nas disciplinas de História e Artes. Assim, despertou em mim uma curiosidade e um senso de responsabilidade, em compreender mais profundamente sobre aquele período histórico que marcou a minha formação. Compreendi que mesmo passado tantos anos, a relevância desse tema perdura e é fundamental para a compreensão da nossa história recente, trazendo reflexão sobre os valores democráticos e os direitos humanos.

Os professores me fascinavam com as indagações que eram feitas em sala de aula, a troca de conhecimentos e o diálogo que era desenrolado em cada aula. Atenta aos gestos que eles demonstravam em suas exposições, sentada na primeira classe, sempre procurava entender o significado do porque tal episódio ocorreu no território brasileiro, visto que muitos sujeitos foram perseguidos, exilados e torturados em diferentes regiões do Brasil, por serem contrários ao governo ditatorial da época.



Reviver essa memória, despertou nos dias de hoje a sensibilidade com os indivíduos e as suas trajetórias que vivenciaram em um período turbulento frente ao Ato Institucional (AI) nº 5<sup>3</sup>. Assim, no ano de 2022 buscando novos conhecimentos na universidade, tive a possibilidade de realizar uma experiência no componente curricular História da Educação Brasileira, com o curso de Pedagogia, no Campus Chapecó. Depois de muitos debates, estudos em sala de aula, trocas de aprendizado com os colegas e leituras, compreendi que não bastava apenas dirigir-se aos sujeitos que vivenciaram o momento ditatorial, mas, entender qual movimento estava relacionado com a educação naquele contexto histórico.

Deste modo, tinha-se a fase inicial de definição do tema de pesquisa, cuja abordagem foi sendo elaborada e reelaborada no percurso de desvelamento do objeto, especialmente no processo de revisão de literatura. Dessa maneira, nasceu o desejo em construir um trabalho em que pudéssemos compreender a partir das análises e abordagens, sobre o projeto educacional desenvolvido para jovens e adultos durante a ditadura militar no Brasil e a sua repercussão em Santa Catarina, bem como, na busca de fontes documentais voltadas ao Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL em Santa Catarina.

Por tratar-se de tema supostamente conhecido e já estudado pelos meios acadêmicos, a intenção inicial era analisar os materiais pedagógicos do MOBRAL que tiveram circulação no estado de Santa Catarina. Tendo como premissa as editoras que produziram os materiais e/ou cartilhas, além de rastrear o propósito por trás desses materiais no contexto da ditadura militar. É válido salientar que, apesar da existência de acervos para consulta física e também o acesso a acervos virtuais, as informações sobre a existência e circulação desses materiais não foi tão simples como supúnhamos inicialmente. Assim, a premissa inicial não se confirmou após as buscas nos arquivos e Diretórios de Pesquisa.

Rastrear as produções textuais referentes ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, nos fez perceber uma enorme gama de trabalhos científicos produzidos na região nordeste e sudeste. Contudo, causou-nos estranheza a invisibilidade de trabalhos voltados ao MOBRAL no estado de Santa Catarina, recorte geográfico desta pesquisa. A partir destas buscas iniciais, foi se fortalecendo o objetivo de compreender como se deu a inserção do Movimento na região catarinense.

Nesse sentido, é importante destacar que o problema de pesquisa que orientou este trabalho, diz respeito às formas de implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização no território

---

<sup>3</sup> O AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Arthur da Costa e Silva, foi o ápice da ditadura militar no território brasileiro. Composto por artigos que autorizavam os militares a perseguir, a torturar indivíduos contrários ao regime, além de reforçar e ampliar a repressão como práticas da ditadura.

catarinense, e como essas formas se relacionam com as dinâmicas políticas, sociais e educacionais da região. Além disso, objetiva-se compreender a influência e participação de grupos políticos ou sociais no processo de implementação e/ou na disponibilidade de recursos financeiros e humanos para a viabilização do projeto. Também é importante considerar a abrangência geográfica desta campanha, levando em consideração se houve a adesão da população e as medidas implementadas para garantir a continuidade e sustentabilidade dos programas de alfabetização.

Para guiar o presente trabalho, temos como objetivo de estudo compreender a presença do Movimento Brasileiro de Alfabetização no estado de Santa Catarina. Referente ao recorte cronológico, evidenciamos que a partir das fontes escolhidas, houve uma ausência de dados e ficha catalográfica, isso também refletiu na periodização, por esse motivo, a pesquisa abarca o período entre os anos de 1970 a 1985. Sendo assim, buscaremos investigar sua institucionalização governamental, criação e implementação de seus programas de ensino para jovens e adultos analfabetos no território catarinense.

Para trilhar esse caminho, perseguimos outros objetivos específicos norteadores, para ajudar preencher as lacunas da escrita dessa história. Dessa forma, buscou-se por fontes primárias que nos ajudassem a identificar o público-alvo que participou do Movimento no estado de Santa Catarina, bem como as regiões que aderiram aos programas desenvolvidos pelo MOBRAL, sujeitos envolvidos, modalidades de atuação, dentre outros aspectos.

Tendo exposto tais aspectos de nosso trabalho, gostaríamos de apontar a pertinência do estudo desse tema.

Inicialmente, o Movimento de Alfabetização está inserido em um contexto importante na História da Educação no Brasil, pois é a partir desse momento que podemos compreender como a educação na ditadura militar afetou as políticas educacionais e como isso teve impacto na sociedade, além de nos permitir fazer uma reflexão sobre o papel da educação como ferramenta de controle político e ideológico. Além disso, a partir das discussões a respeito do MOBRAL, no meio acadêmico, percebe-se que ainda são produzidos poucos trabalhos científicos nesta área se comparados a outros campos de concentração de estudos. Diante disso, a temática apresenta-se como sendo de grande relevância ao âmbito acadêmico, em razão de discutir uma problemática relegada a um plano secundário ou invisibilizada pelos governantes, mas também nos meios acadêmicos.

Nesse sentido, decorre o caráter de originalidade da pesquisa sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização no estado de Santa Catarina, haja vista a falta de estudos específicos sobre o tema

no estado e a importância de compreender as particularidades do Movimento nesta região, bem como a possibilidade de contribuir para o fortalecimento do conhecimento acadêmico, para que outras pesquisas venham a somar na gama de produções. Desse modo, compreendemos que essa pesquisa, ainda que em nível de Graduação, ajude a preencher as lacunas do vazio historiográfico, pois até o presente momento não localizamos pesquisas científicas referentes às ações do MOBRAL em Santa Catarina nesse período histórico. Portanto, é através dos rastros deixados pela história que vai se montar o quebra-cabeça desse trabalho e, para isso, alguns diálogos estão sendo fundamentais para chegarmos a documentos e sujeitos partícipes do processo de implantação do projeto em Santa Catarina.

Estudar o Movimento no território catarinense é relevante do ponto de vista social, porque permite compreender as dinâmicas históricas da educação no Brasil, especialmente no período da ditadura militar. É uma oportunidade para se aprofundar no contexto político e social da época e, nas consequências que tiveram na educação, incluindo a forma como a alfabetização de jovens e adultos a partir do Movimento de Alfabetização foi abordada e integrada na região catarinense. Além disso, ao conhecer a realidade de Santa Catarina, é possível estabelecer comparações com o que ocorreu em outras regiões no mesmo período histórico.

Em relação às hipóteses que formulamos ao longo da pesquisa, pode-se destacar que as políticas educacionais e sociais implementadas pelo governo federal, influenciaram significativamente a implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização no estado de Santa Catarina durante o período ditatorial ou também em apenas algumas cidades da região. Contudo, quer nos parecer que nesse estado a implantação se deu de forma mais capilarizada, envolvendo atividades culturais variadas, cujas existências eram anteriores ao próprio MOBRAL, num processo de incorporação, assimilação e/ou de ressignificação. Além disso, acreditamos que a participação da sociedade civil, organizações não governamentais e grupos religiosos tiveram impacto significativo na implementação do MOBRAL no território catarinense e que promoveu teve impactos diferenciados na população rural e urbana.

Na sequência, apresentamos aspectos do percurso teórico-metodológico que orienta esse trabalho.

### 1.1 Percurso teórico-metodológico

Como dito anteriormente, a proposta de pesquisa surge a partir das nossas inquietações e questionamentos, pois a cada passo que pesquisamos sobre o MOBRAL no território catarinense,

nos deparamos com uma escassez de fontes. Em se tratando especificamente de Santa Catarina, foi possível identificar até o presente momento apenas um documento localizado e disponibilizado pelo Arquivo Público de Santa Catarina, intitulado *Programa de Desenvolvimento Cultural (s.d)*, além de um conjunto de fotografias, também não datadas e contextualizadas.

Em âmbito nacional, levamos em consideração o prestígio do Portal Domínio Público, lançado em 2004 como a maior biblioteca virtual do Brasil, oferecendo acesso gratuito a obras literárias, artísticas e científicas, já em domínio público ou que tenham a sua divulgação autorizada. Sendo assim, foi possível acessar os principais Documentos do MOBREAL, os quais serão importantes fios condutores para ligar as pistas da sua inserção na região catarinense. Revisitamos os seguintes documentos: *MOBREAL: sua origem e evolução; Documento Básico: MOBREAL; Soletre MOBREAL e leia Brasil: cinco anos de luta pela alfabetização; Soletre MOBREAL e leia Brasil: sete anos de luta pela alfabetização; MOBREAL: teoria e pesquisa; MOBREAL: cultura; Relatório 1974-78 e Relatório 1981.*

Tais documentos oficiais se constituem, junto ao documento produzido em Santa Catarina, nas fontes documentais primárias que subsidiam as análises. Para isso, recorreremos a diversos textos que trouxeram contribuições sobre fontes históricas, uma vez que a partir do processo de seleção e classificação para a análise do documento, podemos detectar possíveis contradições, incoerências, entre outros aspectos discursivos, históricos e políticos. De acordo com a definição de Febvre (1985, p. 249) “a História faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem; mas pode fazer-se sem documentos escritos, se não os houver”, assim o pesquisador se depara com o desafio de lidar com as fontes disponíveis para realizar a sua pesquisa e as limitações que podem ocorrer nos arquivos físicos e/ou digitais.

Dessa forma, é necessário ter em mente que o acesso e análise de documentos físicos ou digitais pode apresentar alguns obstáculos, tais como informações incompletas, documentos em formatos não editáveis e fontes sem identificação. No entanto, como destaca Le Goff (1990, p. 39), “o documento não é um dado bruto, mas um produto, tanto da maternidade do autor quanto da sociedade que o produziu”. Nesse sentido, é preciso considerar a influência do contexto histórico e social na produção e na circulação dos documentos, a fim de compreender seus significados e interpretações possíveis.

Além disso, em consonância com Febvre (1985), Le Goff (1990) relata que o documento comprova um fato acontecido, porém precisamos questionar a fonte documental, pois ela é carregada de significados. Nesse sentido, é primordial entender o processo de análise dos

documentos como memória de uma fonte que transmite um fato que ocorreu no passado. Enquanto pesquisadores, temos que ter a clareza que nenhum documento traz a verdade, todos têm sua especificidade, mais uma vez, temos que elucidar a relevância de entender o texto do documento no contexto da época em que foi escrito.

Tendo como suporte os autores citados acima, conseguimos olhar mais atentamente às fontes da nossa pesquisa. Com o ensejo de compreender o contexto histórico em que o Movimento Brasileiro de Alfabetização foi institucionalizado, para posteriormente atentarmos como foi implementado em Santa Catarina durante o período ditatorial. Ao trabalharmos com esses documentos percebemos que “documento algum é neutro; sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2006, p. 63), e que a fonte traz consigo historicidade (PINSKY, 2006). Por isso, é importante situá-la no seu espaço-tempo de produção, requerendo agregar movimentos que sugerem recuos e/ou avanços no que se refere ao aspecto temporal; e correlações em relação ao espaço, tempo e contextos.

No que se refere à metodologia de pesquisa, o presente trabalho propõe uma análise qualitativa, buscando referências em autores como Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, quando apontam “o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente” (1997, p. 377). Em face disso, o pesquisador não pode se submeter à sua fonte, julgar que no documento está a verdade, mas sim desconfiar das fontes, das intenções de quem as produziu, entender com um olhar crítico a correta contextualização do documento que se tem em mãos.

Além dos aspectos teórico-metodológicos, outros referenciais são importantes para este trabalho, na medida em que contribuem para o aprofundamento de categorias teóricas e de contextos históricos específicos, é o caso do historiador e sociólogo José Willington Germano (2011), que discorre sobre o conceito de ditadura civil-militar em seu livro *Estado Militar e Educação do Brasil: 1964-1985*. Desse modo, para compreendermos o contexto histórico e educacional da época, é imprescindível trazer de forma crítica e analítica o conceito. Para auxiliar na contextualização do Movimento Brasileiro de Alfabetização, destaca-se também a obra *História da Educação Brasileira*, escrita pelo filósofo Paulo Ghiraldelli Jr. (2009), importante contribuição para entendermos as principais políticas educacionais e os movimentos pedagógicos perpassados durante o regime militar.

Para permear o campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é pertinente citar o capítulo *Educação de adolescentes, jovens e adultos analfabetos* da obra *História da Educação no Brasil (1926-1996)*, de autoria Maurilane de Souza Biccas e Marcos Cezar de Freitas (2009), na qual trazem elementos essenciais que demarcam a importância da educação de jovens e adultos analfabetos a partir da década de 1940, até o início da implementação do MOBRAL no território brasileiro. Sobre a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, recorreremos às professoras Vanilda Pereira Paiva (1987) e Maria Luiza Marcílio (2023) pelas importantes contribuições, respectivamente, sobre a história da educação de jovens e adultos e a história da alfabetização no Brasil.

No processo de mapeamento das fontes documentais sobre o MOBRAL no estado de Santa Catarina, procuramos investigar no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), haja vista o importante trabalho que vem sendo desenvolvido naquela Universidade no âmbito da salvaguarda, digitalização e publicidade de importantes documentos da história da educação nacional e catarinense. Além disso, fez-se necessário entrar em contato com o Arquivo Público e solicitar a partir da sua plataforma, vinculada ao governo catarinense, a possibilidade de pesquisar à distância em seu acervo. Dessa maneira, após o preenchimento de cadastro disponibilizado pelo site, recorreremos como descritor para solicitação de pesquisa as seguintes palavras-chave: “*Documentos relacionados ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no Estado de Santa Catarina*”; “*cartilhas ou material didático vinculado ao MOBRAL*” e “*documentos referentes ao governo de Ivo Silveira*<sup>4</sup>”.

Dessa forma, a equipe da Gerência de Recuperação Documental do Arquivo, enviou um ofício, informando que junto ao acervo da Biblioteca de Apoio, há um documento intitulado “*Programa de Desenvolvimento Cultural da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)*”, e nove fotografias sem descrições de eventos da mesma Fundação. Esse documento é de fundamental importância para encontrarmos vestígios referentes a sua inserção no território catarinense. Além desse contato institucional, fizemos interlocuções com professores da UFSC de áreas afins, de modo a saber um pouco mais sobre fontes e sujeitos envolvidos na implementação do projeto em Santa Catarina. Tais contatos sinalizaram para a Coordenação Adjunta do MOBRAL em Santa Catarina, pista que será perseguida em outro momento.

---

4 Referente ao recorte cronológico da institucionalização do Movimento Brasileiro de Alfabetização em nível nacional, ao solicitar documentos para o Arquivo Público de Santa Catarina, pesquisamos os governos catarinenses que estiveram em vigor no contexto da ditadura civil-militar, e dessa forma, pelo período que vigorou o Movimento, levantamos a hipótese que por ordem cronológica no estado catarinense começa a ser introduzido a partir do governo de Ivo Silveira (1966-1971).

Do ponto de vista da revisão bibliográfica, nessa jornada inicial, foram ponderadas as principais palavras-chave para um levantamento bibliográfico, como por exemplo: “*ditadura militar*”, “*educação de jovens e adultos*” e “*MOBRAL*”. Inicialmente, foi feita uma breve pesquisa no Google Acadêmico, que teve como intuito conhecer algumas produções textuais produzidas nacionalmente, sendo que o resultado contou com teses, dissertações e artigos das mais diferentes instituições brasileiras.

Dessas buscas e leituras iniciais sobre o MOBRAL, aparecia de forma recorrente o pensamento que o projeto procurava disseminar, pautado na ideia de uma educação como instrumento essencial para o crescimento do país, por oferecer mão de obra qualificada ao mercado de trabalho. Assim, foi uma política educacional inserida em um contexto de ascensão do analfabetismo de jovens e adultos, surgindo como “uma forte estratégia frente as ideias do regime em demonstrar preocupação com as classes populares” (SANTOS, 2014 p. 311), com a intenção de captar maior número de analfabetos às salas de aulas improvisadas com o propósito de alfabetizá-lo em um tempo curto.

À vista disso, tornava-se urgente a criação de campanhas que se comprometessem com projetos ligados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), que também buscavam erradicar o analfabetismo no Brasil. Diante das campanhas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, criadas e extintas em todo território nacional, com o intuito de restringir a liberdade de expressão, a oposição política e a organização popular, como foi o caso da extinção da campanha de alfabetização promovida pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), Movimento de Educação de Base (MEB) e a Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA) e também do movimento De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, criado na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, baseada no método de Paulo Freire, no início da ditadura militar. Além disso, o governo autoritário tinha uma visão conservadora e desconfiada de práticas pedagógicas progressistas, procurando controlar o ensino e a formação de novos professores. Portanto, as campanhas de educação foram suprimidas na busca pelo controle político e ideológico sobre a sociedade.

Num segundo momento, visando ainda conhecer o debate produzido sobre o tema nos âmbitos acadêmicos, atentando especialmente às produções oriundas dos Programas de Pós – Graduação das Ciências Humanas, realizamos uma revisão de literatura sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização em Santa Catarina no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que inclui a produção dos programas de pós –

graduação das Universidades catarinenses. Além dessa revisão, na tentativa de adquirir mais informações, pesquisou-se na Base de Dados de Artigos Científicos Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando exclusivamente o descritor *MOBRAL*. O resultado dessas buscas serão apresentados no capítulo seguinte, quando contextualizamos o *MOBRAL* e o que nos apresentam as pesquisas a seu respeito.

No terceiro capítulo é realizado uma análise do conjunto de fontes documentais do *MOBRAL*, produzidas pelo Movimento, buscando entender a partir de conceitos-chaves como ocorreu a sua implementação em nível nacional, para posteriormente encontrar elementos capazes de fazer ligação com a única fonte encontrada sobre o *MOBRAL*, produzida no âmbito do estado de Santa Catarina, com o intuito de trazer à tona para o palco das discussões acadêmicas o território catarinense. Por fim, encerramos o trabalho com algumas considerações tecidas ao longo da pesquisa e como alguns pontos podem ser explorados em trabalhos futuros.



## 2 MOBRAL: UM VELHO CONHECIDO?

Conforme exposto anteriormente, com o intuito de constituir uma familiaridade com o tema desta pesquisa e ampliar as possibilidades de desenvolvimento dos objetivos propostos neste trabalho, a primeira etapa dessa monografia foi a realização de um levantamento acerca das pesquisas já realizadas sobre o MOBRAL. Dessa forma, utilizou-se como referência o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES<sup>5</sup>, mas também para dar suporte recorremos aos Repositórios Institucionais dos Programas de Pós – Graduação em História e Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), de duas das maiores e mais antigas Universidades do estado.

A busca realizada a partir dos repositórios dos Programas de Pós – Graduação citados acima, foi o fio condutor para mapear os trabalhos acadêmicos, que tivessem como proposta a presença do MOBRAL em Santa Catarina. Desse modo, é uma maneira de contribuir para o registro histórico do Movimento, pois permite que sejam recuperadas informações relevantes sobre o desenvolvimento das ações do programa e suas aspirações para a educação no estado. Ademais, podendo contribuir com reflexões críticas sobre o MOBRAL, discutindo suas limitações e desafios, bem como suas relações sociais e culturais.

Dessa busca, no âmbito do Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGE) da UDESC, pode-se perceber que em nível de mestrado, conta com produções disponíveis para acesso do período de 2008 a 2022, totalizando 238 dissertações. Diante disso, os critérios utilizados para a investigação durante esse espaço de tempo, foram pautados na utilização de descritores como por exemplo, “MOBRAL”, “Mobral”, “MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO” e “Movimento Brasileiro de Alfabetização”. Desse resultado, foi mapeada no ano de 2012 uma dissertação intitulada “*A EJA em minha vida – trajetórias sociais de egressos/as do ensino no município de Palhoça/SC (2004 – 2007)*”, com autoria de Rosane Nienchoter. A autora propõe compreender a partir de cinco alunos/as egressos/as da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Palhoça/SC, como foi a trajetória social desses sujeitos que participaram dessa modalidade de ensino.

No ano seguinte, foi defendida uma dissertação da mestra Patrícia Regina Silveira de Sá Brant, na qual sua produção textual recebeu o título “*Do perfil desejado – a invenção da professora*

---

<sup>5</sup> O Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma plataforma que visa facilitar o acesso às informações sobre teses e dissertações, defendidas nos programas de pós-graduação do país. Vale salientar, que nem todas as produções textuais estão incluídas no Catálogo, por isso optamos por rastrear em outros repositórios institucionais. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 31 jan. 2023.

da educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis (1976-1980)”, esta pesquisa tem por objetivo precípuo a análise do perfil desejado para as primeiras professoras de educação infantil, a partir do Projeto Núcleos de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. A última dissertação desse arcabouço, é denominada “*Ensino de filosofia na Educação de Jovens e Adultos: percursos e perspectivas na rede municipal de ensino de São José-SC*”, foi defendida no ano de 2016, tendo autoria de Luciele da Silva, no qual a autora busca investigar o processo que permitiu a inserção da Filosofia na rede municipal.

As três dissertações citadas previamente, de acordo com o título do trabalho, condizem com um estudo de caso, que se caracteriza em investigar e conhecer um determinado local com o anseio de buscar uma compreensão detalhada do objeto de estudo. Ao conhecer a realidade, os pesquisadores estão se debruçando em uma temática que muitas vezes passa despercebida no campo da educação, como é o caso da Educação de Jovens e Adultos. Entretanto, vale ressaltar que, apesar dessas dissertações tratarem de um tema de suma relevância para o meio acadêmico, não contribuem para a compreensão do MOBRAL, sendo apenas citado no corpo do texto como um marcador de tempo.

Em relação ao doutorado do PPGE/UFSC, as teses disponibilizadas para consulta, iniciam-se a partir do ano de 2015 até 2022, com 70 produções de texto; entretanto, após o levantamento, percebeu-se que não consta nenhuma tese com descritor, assunto ou título referente ao MOBRAL, mostrando que as produções em nosso estado são escassas sobre o tema. Além disso, pensando no campo histórico, o Programa de Pós – Graduação em História (PPGH), em seu repositório online, conta com uma estrutura organizacional semelhante ao PPGE. Assim, as dissertações e teses são datadas entre anos de 2008 a 2022, sendo que em ambos os casos, não foi apresentado nenhum resultado relativo ao MOBRAL.

Por outro lado, a UFSC apresenta um conjunto enorme de teses e dissertações em seu Repositório Institucional, que engloba todos os programas de Pós – Graduação. Portanto, foram mapeadas 130 produções textuais, tendo como descritor na busca o termo “*MOBRAL*”. Desse modo, entre os anos de 2000 a 2019, percebe-se que houve um crescimento na produção de teses e dissertações que em suas palavras-chave abarcam o campo da *Educação, Engenharia de Produção*<sup>6</sup>, *Ensino a distância, Educação de Adultos, Educação Infantil e Santa Catarina*. Contudo, nenhuma

---

<sup>6</sup> Referente a essa área de estudo, as dissertações e teses em sua totalidade trazem o MOBRAL com um viés voltado para a profissionalização dos jovens e adultos, a partir dos seus programas desenvolvidos no período da ditadura militar, tendo como foco principal formar mão de obra trabalhadora para atingir o progresso no território brasileiro. Disponível em: <https://11nq.com/DNkMD>. Acesso em 31 jan. 2023.

das produções textuais exploram o MOBRAL no decorrer da escrita, apenas o citam quando ocorre o marco do Movimento em nível nacional e apresentam a lei de fundação como recorte cronológico.

Em se tratando das pesquisas realizadas nas instituições superiores catarinenses, o mapeamento não obteve o resultado desejado, comparado a outras regiões do território brasileiro. Consequentemente, percebe-se a escassez de teses e dissertações produzidas na região catarinense, que focalizam o MOBRAL no Estado de Santa Catarina, ou que se debruçam em investigar a sua inserção a partir da institucionalização governamental no período ditatorial. Com isso, a pesquisa se expandiu para sites nacionais, com o propósito de encontrar produções científicas em plataformas mantidas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), como é o caso do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Além desses repositórios institucionais, também fizemos uma busca nos Periódicos *Perspectiva*, da UFSC e na *Revista Linhas*, da UDESC, utilizando o descritor *MOBRAL*. Na primeira, não localizamos nenhum artigo que atendesse ao descritor. Na segunda, localizamos um artigo publicado em 2013, intitulado “*Entre uma pedagogia da assistência e uma pedagogia compensatória: Proposta pedagógica para o atendimento da criança em creche (1993)*”, escrito por Danielle Marafon. Neste trabalho, a autora busca discutir alguns aspectos do documento intitulado Proposta Pedagógica para o atendimento da criança em creche, tendo como égide a orientação pedagógica sob a coordenação do Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Ao fazer a investigação no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, o trabalho foi minucioso e consistiu na verificação acerca do que já foi produzido nos Programas de Pós – Graduação na área das Ciências Humanas, com vistas a localizar e compreender quais os principais recortes das pesquisas sobre o tema. A escolha desta ferramenta se deu em razão da sua obrigatoriedade na disponibilização de teses e dissertações estabelecida desde o ano de 2006, quando ocorreu o novo lançamento do portal, assim a possibilidade de ter acesso a um conjunto de trabalhos reunidos em uma ampla base de dados foi o que nos motivou a utilizá-la.

Nesse sentido, foi estabelecido na pesquisa um período para rastrear teses e dissertações sobre a temática do MOBRAL. O levantamento foi realizado no período de 14 de novembro de 2022 a 25 de janeiro de 2023, para compor a busca foram utilizados os seguintes descritores: “*MOBRAL*” e “*Movimento Brasileiro de Alfabetização*”. Com base nesses descritores, foram levantados 52 trabalhos, sendo que três produções textuais estão inseridas duplamente na plataforma, e dessa forma, portanto, foram obtidos 49 trabalhos, sendo 38 dissertações e 11 teses de doutoramento. Refinando a busca, por meio dos filtros para as áreas de Educação e História, esse

número baixou para 28 trabalhos, resultando 22 dissertações e 6 teses de doutoramento, em ambos os casos, na sua totalidade as produções textuais vinculadas à Educação tem um número expressivo, compondo uma gama de 22 textos.

Estes trabalhos foram analisados enquanto origem do Programa de Pós – Graduação, ano de produção, foco na análise, palavras-chaves delimitadas pelo autor e fontes utilizadas. Assim, tendo esses balizadores, embora todos os trabalhos sejam sobre o MOBRAL, cada pesquisa apresenta particularidades de foco, conforme a opção do pesquisador. Há trabalhos que focam a temática na perspectiva das políticas educacionais; outros, a partir das linhas de pesquisas dos programas de pós – graduação e projetos; outros, pelo viés histórico. Além daqueles que analisam os aspectos relacionados ao processo de alfabetização e a memória dos professores, ou ainda uma particularidade ligada a um campo específico, como a educação no campo.

Por outro lado, há outras produções textuais que trazem o desenvolvimento e a inserção do MOBRAL em localidades específicas como foco, e uma diversidade de trabalhos que o observam de áreas distintas, como é o caso da questão do analfabetismo e a alfabetização, educação infantil, gênero e o ensino de jovens e adultos. Apesar dessa gama de temáticas apresentadas nas teses e dissertações, percebemos que em muitos trabalhos o foco é voltado à perspectiva de análise histórica. Um exemplo desse tipo é o trabalho intitulado “*Alfabetização e legitimidade: a trajetória do Mobral entre os anos 1970-1980*”, publicado em 2016 da autora Bianca Nogueira da Silva Souza, que investiga a amplitude dos interesses e herança histórica deixada pelo MOBRAL no que diz respeito à educação brasileira.

Mediante os resultados obtidos e informações apresentadas anteriormente, é de suma importância dar visibilidade para as produções acadêmicas, valorizando o trabalho realizado por outros pesquisadores, possibilitando ampliar o conhecimento sobre o tema abordado. Dessa forma, para sintetizar de forma visual as produções textuais, construímos um quadro, dando importância ao título dos trabalhos, desde que abrangesse a palavra MOBRAL, como foco principal de pesquisa. Na sequência, apresentamos o quadro, contendo a divisão em ordem cronológica do ano de produção da tese ou dissertação, título, autor(a), tipo de produção e a instituição de origem.

**Quadro 1 – Teses e dissertações localizadas no Catálogo da CAPES**

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Tese (T) ou Dissertação (D)</b>
1991	O MOBRAL como política: a institucionalização do analfabetismo	Malvina do Amaral Dorneles	D – UFRGS
1996	Do MOBRAL ao computador: a implementação de um projeto de informática educativa na Educação de Jovens e Adultos	Álvaro José Pereira Braga	D – UNICAMP
2000	A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBRAL e a Fundação Educar no Espírito Santo de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real	Maria Lúcia Grossi Corrêa Zunti	D – UFES
2001	Alfabetização de adultos: a experiência do MOBRAL no município de Uberlândia-MG (1971-1985)	Mônica Guarato	D – UFU
2006	Políticas nacionais de educação infantil: MOBRAL, Educação Pré-Escolar e a Revista Criança	Ana Maria Orlandi Tancredi Carvalho	T – UNICAMP
2007	A Fundação MOBRAL e alguns registros sobre sua presença em Sorocaba/SP	Florian José Prado Escobar	D – UNISO
2008	Educação de Jovens e Adultos: as ações do MOBRAL no município de Patos de Minas/MG (1970-1980)	Leni Rodrigues Coelho	D – UFU
2008	Alfabetização de Jovens e Adultos no período militar: o MOBRAL segundo alguns críticos e egresso	Vandeicol Salviano Sabino	D – UMESP
2008	Um passo a mais na alfabetização de adultos trabalhadores: um estudo sobre os programas do MOBRAL na Escola Estadual Macedo Soares (Campo Largo Paraná, décadas de 1970 e 1980)	José Geraldo Turezo	D – USF
2010	Campanhas de alfabetização de adultos e de jovens em Maceió: Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL, 1967-1985) e Programa Brasil Alfabetizadores (PBA 2003-2010)	Nilzete Souza Silva de Lima	D – UFAL
2011	Educação no campo: MOBRAL no meio rural de Uberlândia/MG (1970-1985)	Letícia Borges de Oliveira	D – UFU
2012	Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAL em Fortaleza	Luciana Kellen de Souza Gomes	D – UFC
2012	Panorama histórico do MOBRAL: operacionalização no município de Araras	Simone da Silva	D – UNESP
2013	O MOBRAL no sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses após quatro décadas	Jailson Costa da Silva	D – UFAL
2014	Educação de jovens e adultos em tempos de violação dos direitos humanos: pedagogia do MOBRAL na década militar	Maria das Graças da Cruz Barbosa	D – UFPB
2014	O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em Uberaba/MG: primeiras aproximações	Gislene Ferreira Venerando	D – UNIUBE
2015	O MOBRAL faz mais do que ensinar a ler e escrever: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha-MG (1970-1985)	Ana Cristina Pederiva	D – UFSJ
2015	Direito humano a memória da educação de adultos no Brasil autoritário: documentos legais e narrativas de ex-participantes do MOBRAL (1967-1985)	Josilene de Souza Santos	D – UFPB
2016	Alfabetização e legitimidade: a trajetória do MOBRAL entre os anos 1970-1980	Bianca Nogueira da Silva Souza	T – UFPE

2017	Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL: memórias e práticas pedagógicas no município de São João do Jaguaribe/CE (1972-1979)	João Paulo Guerreiro de Almeida	D – UECE
2017	Educação de Jovens e Adultos: um estudo acerca dos princípios políticos e pedagógicos que conduziram a proposta nacional do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1967-1985)	Mariana Lemos do Prado	D – UFU
2018	A memória dos esquecidos: narrativas dos sujeitos participantes das ações do MOBRAL Cultural no sertão Alagoas	Jailson Costa da Silva	T – UFAL
2020	Arquitetura ideológica e a memória social na cartilha do MOBRAL/PAF	Margareth Correia Fagundes Costa	T – UESB
2020	O Programa de Educação Integrada (PEI) do MOBRAL no sertão alagoano: a história narrada pelos sujeitos “anônimos”	Andresso Marques Torres	D – UFAL
2021	O MOBRAL sob olhar de uma geógrafa	Fernanda Borges Neto	T – UFU
2021	Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1970-1985): metodologia, materialidade e conteúdo	Leide Rodrigues dos Santos	D – UEFS
2022	Concepções de leitura: obras literárias para os neoleitores do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL – 1970 a 1985)	Josilene de Souza Santos	T – UERJ

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Após esse trabalho investigativo, com o anseio de encontrar alguma produção textual produzida em outras instituições do país que viessem a somar na pesquisa, ancorado na implementação do MOBRAL em Santa Catarina, não encontramos nenhum texto que tratasse do tema pesquisado. Entretanto, desse mapeamento, destacam-se três produções que nos auxiliam no entendimento do Movimento Brasileiro de Alfabetização. A primeira, é na área da Educação, tendo como autora Leni Rodrigues Coelho, cujo título é *Educação de Jovens e Adultos: as ações do MOBRAL no município de Patos de Minas/MG (1970-1980)*, publicada em 2008. A segunda, é uma dissertação do campo da História, intitulada *Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1970-1985): metodologia, materialidade e conteúdo*, de autoria de Leide Rodrigues dos Santos, de 2021. Além da tese *Arquitetura ideológica e a memória social na cartilha do MOBRAL/PAF*, de Margareth Correia Fagundes Costa, defendida em 2020, todos esses trabalhos vêm servir de assistência na explanação da temática ao longo de sua contextualização.

Além dessa revisão, na tentativa de adquirir mais informações, pesquisou-se na Base de Dados de Artigos Científicos Scielo, com o descritor “MOBRAL”. Obtivemos um total de 5 artigos científicos publicados na plataforma, com um intervalo de publicação de 1974 a 2021, nas áreas temáticas de Ciências Humanas e Ciências da Saúde. Assim, englobam assuntos como: *educação não formal, ações do MOBRAL na comunidade sertaneja, educação de jovens e adultos no Brasil, MOBRAL e a educação de crianças menores de seis anos e, programa de orientação de saúde para*

*monitores do MOBRAL*. Vale ressaltar, que dessa busca nada foi encontrado a respeito do MOBRAL em Santa Catarina.

No tópico seguinte, dedicamos nossa atenção aos aspectos históricos do MOBRAL e ao contexto nacional que o engendrou. Para isso, estabelecemos um diálogo com referências significativas sobre o período histórico em questão, assim como com as obras selecionadas durante a revisão de literatura. O intuito é compreender a gênese e a trajetória do movimento, suas bases teóricas e suas conexões com as políticas educacionais e sociais da época. Nessa análise, buscamos identificar as principais influências que moldaram o MOBRAL, examinando suas relações com os princípios pedagógicos, as perspectivas políticas e as demandas sociais do período.

## 2.1 Contexto histórico nacional: o cenário por trás da repressão

Para compreender o projeto educacional emanado pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, que mais tarde ficaria conhecido como MOBRAL, se faz necessário olhar o contexto histórico em que foi implantado. Conforme aponta Ghiraldelli Jr. (2009), o período ditatorial, ao longo de duas décadas serviu de palco para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, o qual foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização do ensino e a divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que para fins críticos e educativos. Fica evidente que os militares almejavam manter o controle político sobre a população, utilizando a educação como uma ferramenta de conformação e controle social.

A esse respeito, a historiadora Maria Luiza Marcílio (2023) chama atenção para o fracasso histórico das Campanhas Nacionais de Alfabetização, destacando o número reduzido de alunos para cada mil habitantes, que, nos anos de 1970, “alcançava-se a marca de 735 alunos para cada mil habitantes” (MARCÍLIO, 2023, p. 348). A autora considera que

Julgou-se que a alfabetização era tarefa simples, que não requereria nenhuma habilitação especial, que qualquer leigo poderia realizá-la com sucesso. Todos – governo, Igreja e sociedade – atuaram no sentido de diminuir as vergonhosas taxas de analfabetismo e de fracasso escolar do país, que estavam entre as piores do mundo. Sem grande sucesso, de resto. (MARCÍLIO, 2023, p. 348).

Nas primeiras décadas que antecederam ao golpe de Estado no território brasileiro, em 1964, o país passava por transformações significativas em diversos aspectos, como industrialização, urbanização, o surgimento de movimentos sociais e lutas por direitos civis. No entanto, também

havia uma profunda polarização política, com conflitos entre setores conservadores e progressistas da sociedade. É nesse momento que, de acordo com Silva (2019), os movimentos sociais, de base popular, operária e camponesa, somados a outros segmentos como o estudantil, estavam em expansão neste contexto, visando a promoção de mudanças no cenário político que antecedeu o golpe. Além disso, a população estava se organizando na tentativa de ver seus anseios sociais serem atendidos, de modo que, grupos contrários a essa ideia se uniram para cessar esse movimento e colocar em prática outra lógica de organização da sociedade.

É a partir desse fio condutor que perduraria os 21 anos de ditadura militar, nas palavras do autor José Willington Germano (2005), o golpe de 1964 que depôs o presidente João Goulart e pôs fim à “democracia populista” iniciada em 1946 é fruto de uma coalizão civil e militar. Com a ascensão de um novo bloco no poder, organizado sob o comando de vários segmentos sociais: empresariado, burguesia, latifundiários, intelectuais e militares, que cooperaram para a promoção de um novo grupo autoritário. Assim, nesse novo comando que ia se engendrando no território brasileiro, carregava a responsabilidade de manter uma ordem social e renegar o passado, com o intuito de suspender a popularização que se alastrava pelo País.

A ascensão dos militares no palco chamado ditadura civil-militar marcou o início de um novo poder no contexto histórico da política brasileira, caracterizado por um regime autoritário e repressivo, o qual, segundo Napolitano (2016 *apud* SILVA, 2019), esteve pautado no discurso da modernização, no progresso, no milagre econômico sob a égide dos militares. Esse projeto de gestão nacional não contemplaria os desejos sociais e tampouco a ampliação dos direitos democráticos, mas, estava calcado em argumentos de preservação da ordem, combate à corrupção e ameaça ao regime democrático. Alegavam que a instabilidade política e social do país, bem como a suposta influência comunista, colocavam em risco a segurança nacional.

Importante destacar a respeito do chamado “milagre econômico”, conforme nos mostra Marcilio (2023), que no contexto do regime militar, o Brasil fez empréstimos de países como a Alemanha e Hungria, além de empréstimos “do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), da Aliança para o Progresso da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid)”. (MARCILIO, 2023, p. 352). Assim, as taxas de crescimento no período entre 1967 e 1973 chegaram a 11%,

atingindo até 14%, em 1973. Porém, depois, no período entre 1979 e 1984, a renda *per capita* caiu cerca de 10% e manteve-se baixa até 1992, enquanto as taxas de



inflação não paravam de crescer. Era o fim do ‘milagre’. Gastos públicos excessivos, nos quais se inclui a absurda construção de Brasília, certamente estiveram na raiz do fim do ‘milagre’. (MARCÍLIO, 2023, p. 347).

Além disso, para assegurar o controle e normatizar a sociedade, foram criados os atos institucionais, utilizados como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles diversos poderes constitucionais. Todos esses AI’s foram baixados pelo poder executivo no período de 1964 a 1969, podemos destacar que “(...) com a instituição do AI-I buscou-se eliminar qualquer forma de oposição ao governo militar” (COSTA, 2020, p. 52). Por volta de 1968, “(...) com a instituição do AI-5, período denominado por muitos de ‘segundo golpe’ houve repressão aos intelectuais, aos movimentos populares e a, então, alfabetização de jovens e adultos numa perspectiva humanista” (COSTA, 2020, p. 52) que vinha se consolidando.

## 2.2 A implementação do MOBREAL: alfabetização para jovens e adultos

Desde o início da década de 1960, diversos estudos e diagnósticos apontavam para altos índices de analfabetismo no país, especialmente nas regiões rurais e periféricas<sup>7</sup>. Nesse sentido, surgiram discussões e propostas de políticas públicas voltadas para a erradicação do analfabetismo e a promoção da educação de adultos. No contexto da ditadura militar, o governo federal passou a considerar o combate ao analfabetismo como uma prioridade nacional. Assim, o MOBREAL foi idealizado como uma estratégia para enfrentar esse desafio, buscando envolver a sociedade civil e mobilizar recursos para a alfabetização em massa.

Embora o MOBREAL tenha sido implementado a partir de 08 de setembro de 1970, no mesmo ano em que o presidente autoritário Emílio Garrastazu Médici<sup>8</sup>, assumiu a presidência do território brasileiro. Esse Movimento estava pronto para ser lançado em larga escala, entretanto, começou a ser planejado muito antes disso, a partir da constituição de um Grupo Interministerial de

---

<sup>7</sup> O analfabetismo no Brasil, toma grandes proporções e recuperações de forma negativa no contexto socioeconômico, assim exigia um ataque prioritário e efetivo. Diversos programas governamentais e privados tinham sido desencadeados nas últimas décadas sem conseguir solucionar o problema. O grau eleva-se quando era tratado da Educação de Jovens e Adultos, quando os mesmos serviriam de mão de obra para girar o sistema socioeconômico almejado pelos governos no período ditatorial. Ver: **MOBREAL: sua origem e evolução**. Rio de Janeiro: [s.n], 1973. p.09.

<sup>8</sup> Emílio Garrastazu Médici é o terceiro presidente ditatorial a assumir presidência do Brasil no período da ditadura civil-militar, seu governo vigora de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

Trabalho<sup>9</sup> composto por representantes e ministros constituintes do governo militar, encerrando suas atividades em novembro de 1967.

Sob o ponto de vista legislativo, o presidente Arthur da Costa e Silva<sup>10</sup>, institucionaliza o Movimento Brasileiro de Alfabetização sob a forma de fundação, instituído pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, mediante autorização pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, sendo implementado a partir de 1970. Vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), chefiado pelo Ministro Jarbas Passarinho, era o órgão executor do Plano de Alfabetização Funcional<sup>11</sup> e a Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, cujo objetivo principal visava a qualificação profissional de jovens e adultos, bem como desenvolvimento de habilidades específicas, dando ênfase na inserção desses indivíduos no mercado de trabalho com a possibilidade da sua ascensão social.

Ainda sobre o aspecto legislativo, é importante observar a ementa do Decreto-Lei nº 1.124, de 8 de setembro de 1970: “Permite deduções do impôsto de renda das pessoas jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 1971 a 1973, inclusive.” (BRASIL, 1970).

No primeiro artigo desse Decreto tem-se a previsão de dedução de impostos às pessoas jurídicas apoiadoras do MOBREAL, o que possivelmente contribuiu para a capilaridade do programa.

Art. 1º Nos exercícios financeiros de 1971 a 1973, inclusive, as pessoas jurídicas poderão deduzir do impôsto de renda devido, as quantias destinadas a aplicação nos programas de alfabetização aprovados pela Fundação MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização – de acôrdo com os critérios que forem fixados, conjuntamente, pelos Ministros da Educação e Cultura e Fazenda. ([Vide Decreto-lei nº 1.898, de 1981](#)). ([Vide Decreto-Lei nº 2.134, de 1984](#))<sup>12</sup>

---

9 Grupo Interministerial de Trabalho começa seus trabalhos a partir da aprovação pelo Congresso Nacional, com o Decreto 61.311, datado de 08 de novembro de 1967, prevendo a constituição de um grupo para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização, pautados no Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos, que não previa recursos financeiros para sustentar sua ação. Ver: **MOBRAL: sua origem e evolução**. Rio de Janeiro: [s.n], 1973. p. 10.

10 O governo do General Arthur da Costa e Silva durou de 1967 até 1969, período em que foi decretado o AI-5 e também foi lançada uma política econômica que deu origem ao chamado “milagre econômico”. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em 04 jun. 2023.

11 Na concepção criada pelo MOBREAL, Alfabetização Funcional é entendida como aquela que leva adolescentes e adultos à prática imediata das técnicas de ler, escrever e contar, propiciando-lhes uma progressiva autonomia e uma busca de melhores condições de vida. Cabe ressaltar que este princípio não está ligado somente na concepção de transformar o homem em agente do processo de desenvolvimento, mas também na ideia de transformá-lo em beneficiário como um bem no desenvolvimento de sua sociedade. Ver: **MOBRAL: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: [s.n], 1979. p. 52.

12 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1124.htm). Acesso em 28 jun. 2023.

Vale destacar que essa informação é corroborada pelo Anuário Estatístico do Brasil de 1975, quando o IBGE apresenta um quadro apresentando o número de opções dos incentivos fiscais das pessoas jurídicas, segundo as opções, por Unidades da Federação referente ao ano de 1974. Ressalta-se que a informação trazida pelo Anuário informa que em Santa Catarina 2.551 pessoas jurídicas optaram pela opção MOBRAL para obtenção dos incentivos fiscais, resultando num valor de Cr\$ 2.485 374 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil e trezentos e setenta e quatro cruzeiros). No Brasil, somando todas as unidades da federação, 109.014 pessoas jurídicas optaram pela opção MOBRAL para obter os incentivos fiscais, cujos valores, em 1974, atingiram o valor de Cr\$ 102 884 433 (cento e dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e três cruzeiros). (IBGE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1975).

No âmbito de Santa Catarina, a Lei nº 5.088, de 06 de maio de 1975<sup>13</sup>, que “Dispõe sobre o Plano de Governo a ser executado no período de 1975 a 1979” (SANTA CATARINA, ALESC, 1975), no capítulo VI Estratégia do Desenvolvimento Social, o MOBRAL é referido dentre as preocupações fundamentais do Governo, assim previsto: “j)- intensificação de ação do Estado nas diversas modalidades de ensino supletivo, inclusive o MOBRAL, abrindo, assim, novas oportunidades ao homem catarinense que não recebeu escolarização” (SANTA CATARINA, ALESC, 1975).

Com sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, o MOBRAL foi concebido como um programa abrangente que visava elevar os níveis de educação em todas as regiões do Brasil. Para alcançar esse objetivo, o programa contava com a colaboração e engajamento dos municípios, que desempenhavam um papel fundamental na articulação e implementação das ações propostas pelo MOBRAL. Acreditava-se que, se cada cidade seguisse de maneira adequada o plano educacional, a “(...) alfabetização de adultos deveria estar vinculada às prioridades socioeconômicas e sociais e, às necessidades presentes e futuras de mão de obra (...)” (PAIVA, 1987, p. 292), assim elevaria o progresso e a economia.

Para a logística do Movimento e manter a sua execução nas regiões brasileiras, seria necessário constituir um fundo monetário causado por dotações orçamentárias e subvenções provenientes do orçamento nacional, além dos recursos advindos da Loteria Esportiva totalizando 24% da renda líquida, também um valor de 1 a 2% sobre o Imposto de Renda devido pelas Empresas. Outro fator, elencado pelo MOBRAL é que “(...) caberia custear 1/3 dos custos de programas de alfabetização, cooperar com movimentos da iniciativa privada e orientar tecnicamente

---

13 Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1975/5088\\_1975\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1975/5088_1975_Lei.html). Acesso em 28 jun. 2023.

cursos para trabalhadores analfabetos” (SANTOS, 2021, p. 33), ao oferecer alfabetização aos adolescentes e adultos, o Movimento deveria obedecer às condições socioeconômicas dos municípios.

Assim, notamos o discurso que atrela educação ao progresso como uma característica que não nasce junto aos militares, mas é intensificada durante todo o regime. Os governantes militares buscaram promover uma modernização e uma “revolução” na educação, enfatizando a formação de mão de obra qualificada e a busca por avanços tecnológicos. Todavia, a partir da criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização, fica evidente que para o contexto da época era de suma importância ter sujeitos qualificados para atender as demandas do progresso, do que ensinar os sujeitos a serem críticos, pois isso iria contra ao que era imposto pelos militares.

No primeiro momento, a atuação do MOBRAL estendeu-se de 1967 a 1970, servindo como órgão de assistência financeira e técnica para as iniciativas da alfabetização de jovens e adultos analfabetos. Contudo, após a sua reestruturação, em 1970, Jorge Boaventura de Souza e Silva deixa o cargo de presidente, e passa a ser presidido por Mário Henrique Simonsen, iniciando sua programação com o Decreto nº 1.124, de 08 de setembro, quando se dá o Dia Internacional da Alfabetização, operando em um formato de ação descentralizada com execução pelos estados, territórios, Distrito Federal, municípios e entidades privadas mediante convênio<sup>14</sup>. Esse modo de funcionamento, descentralizado e espreado através de agentes genericamente indicados como pessoas jurídicas nos fornecem indícios da capilaridade da política engendrada pelo MOBRAL.

---

14 Para a execução dos Programas do MOBRAL é garantido por meio de convênios entre a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização e a Comissão Municipal. Em todos os casos, o convênio é celebrado com a intervenção da prefeitura municipal, a partir de critérios estabelecidos entre os três pilares: Comissão Municipal, prefeitura e Estado. Ver: **Documento Básico MOBRAL**. Rio de Janeiro: [s.n], 1973. p. 40-41.

### **3 RASTREANDO AS FONTES DOCUMENTAIS DO MOBREAL: PERCURSOS E ANÁLISES**

Não bastava fomentar a implementação de um programa que visasse a educação para jovens e adultos, era preciso dar visibilidade para a educação, sendo capaz de suprir as necessidades e demandas do analfabetismo persistente e espraiado naquele período, visto que, conforme nos mostra Marcílio (2023, p. 349), “em 1970, o Brasil tinha apenas 56% de suas crianças na escola”. No caso da população jovem e adulta, Paiva (1981) nos mostra que neste mesmo ano, entre a população a partir dos 15 anos de idade, que somava 54.0007.985, destes, 18.146.891 de pessoas não eram alfabetizadas. Em Santa Catarina, neste mesmo ano, entre a população da mesma faixa etária, somavam-se 1.596.012 pessoas. Das quais, 321.104 não eram alfabetizadas. Ressalte-se que estes dados são citados pela autora, mas referidos pelos documentos do MOBREAL.

As informações relativas ao ano de 1976, conforme dados apresentados pelos documentos do MOBREAL são citados também pela autora Paiva (1981), contudo, são confrontados com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD (1976), sobre os quais a autora adverte sobre as significativas divergências numéricas.

Com o aporte das pesquisas levantadas no capítulo anterior e a contextualização apresentada, é possível compreender que, a despeito das críticas, o projeto educacional do MOBREAL cresceu de forma rápida no Brasil. Associado ao discurso da responsabilidade com a nação e elevação do grau da mão de obra qualificada, levando a proposta para lugares onde outros movimentos educacionais anteriores tinham dificuldade de alcançar. Desse modo, a ditadura militar tinha pressa de mostrar eficácia e promover o crescimento econômico, e uma das formas de fazer isso era com a premissa de tirar o país do analfabetismo.

No presente capítulo é apresentado o percurso e análises dados documentos do MOBREAL ancorado no aporte metodológico embasado no tópico 1.1, que discute a importância de rastrear e interpretar os vestígios deixados pela história. Por meio da análise dessas fontes, buscamos investigar o percurso do MOBREAL, identificar suas estratégias de atuação, suas políticas educacionais e os resultados alcançados. Ao explorar essas fontes, pretendemos lançar luz sobre a importância e as controvérsias em torno dessa política, designada como Movimento e contribuir para outras pesquisas nesse campo.

Dessa forma, quando tratamos de documentos, estas podem estar em locais de difícil acesso ou até mesmo, disponibilizadas fisicamente para consulta. Ao pensar nesse tema de trabalho, recorreremos às ferramentas online, com o intuito de nos depararmos com uma gama de documentos

que pudessem auxiliar e fornecer pistas sobre a implementação do MOBREAL em Santa Catarina. No caminho percorrido, as buscas se tornaram exaustivas e, alguns percalços ocorreram: buscas sem respostas, desconhecimento do tema e informações que não condiziam com a pesquisa.

Porém, sem muitas pistas, o mapeamento iniciou em acervos digitais de jornais e arquivos governamentais, no qual não conseguimos reunir informações significativas sobre o assunto. Essa busca por documentos, não apenas nos permitiu encontrar alguns dados necessários para fazer a ligação de informações, mas também nos levou a refletir sobre a importância da preservação, salvaguarda e disponibilização de documentos históricos para a produção do conhecimento e a compreensão do passado.

Com isso, a análise e interpretação das fontes históricas são essenciais para interpretar o passado e compreender os eventos e, processos que moldaram nossa sociedade. Os documentos são testemunhos do tempo, registros das ações e discursos de indivíduos e instituições, e fornecem subsídios para o estudo da história. Portanto, a disponibilidade e preservação adequada dessas fontes são fundamentais para garantir o acesso à informação, aprofundar o conhecimento e promover um diálogo crítico com o passado.

Diante do exposto, reconhecemos a importância de valorizar e incentivar a preservação de documentos históricos, bem como investir em estratégias de pesquisa que considerem diferentes meios de pesquisa e abordagens metodológicas. Com esse trabalho, esperamos contribuir para a construção do conhecimento sobre o MOBREAL, mais especificadamente em Santa Catarina e reforçar a relevância das fontes documentais como ferramentas indispensáveis na investigação e compreensão do um passado relegado.

Desse modo, recorreremos ao Portal do Domínio Público, por ter o acesso facilitado a obras clássicas e de referência, que podem ser utilizadas para fins acadêmicos. A pesquisa constituiu em escolher o tipo de mídia, no qual foi elencado no buscador “*texto*”, no campo relacionado às publicações a categoria escolhida foi “*educação*” e como descritor a palavra “*MOBREAL*”. Após a busca, obtivemos 6 documentos oficiais e 2 cartilhas, que tem como instituição acolhedora o Ministério da Educação e os acessos a esses documentos chegam a 6.328<sup>15</sup>, somando todos os arquivos. A seguir, ilustramos com detalhes o ano de publicação, o nome do documento e a cidade de origem, sendo assim, essas fontes documentais serão analisadas no tópico posterior, tomando como referência aspectos teóricos da análise de conteúdo.

---

15 Resultado atualizado após a última busca realizada em 31 jan. 2023.

**Quadro 2 – Documentos relacionados ao MOBRAL – Portal do Domínio Público**

<b>Ano</b>	<b>Documentos</b>	<b>Cidade de produção</b>
1973	MOBRAL: sua origem e evolução	Rio de Janeiro
1973	Documento Básico MOBREAL	Rio de Janeiro
1976	Soletre MOBREAL e leia Brasil: cinco anos de luta pela educação	Rio de Janeiro
197?	Soletre MOBREAL e leia Brasil: sete anos de luta pela educação	Rio de Janeiro
1979	MOBREAL: teoria e pesquisa	Rio de Janeiro
1979	MOBREAL: cultura e continuidade	Rio de Janeiro
1979	Relatório 1979-1978	Rio de Janeiro
1982	Relatório 1981	Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

### 3.1 O que as fontes falam sobre o MOBREAL?

Mediante o estudo dos documentos encontrados, apresentamos análises sobre tais fontes e os discursos dos quais elas são portadoras. Com o intuito de permitir ao leitor conhecer cada material desenvolvido durante o regime militar, é de suma importância compreender que todo documento é portador de um discurso e não pode ser considerado neutro. Em se tratando do período histórico escolhido para realizar essa pesquisa, devemos considerar a necessidade de analisar criticamente os documentos do período da ditadura militar, levando em conta o contexto político, social e ideológico em que foram produzidos

Ao examinar as fontes documentais, é preciso ter em mente que cada documento reflete os interesses e perspectivas dos atores envolvidos na sua criação. Isso significa que os documentos do regime militar podem apresentar viés ideológico, manipulação da informação ou omissões deliberadas. Nesse sentido, a abordagem de Cardoso e Vainfas (1997) ressalta que os documentos são elementos essenciais para o trabalho do historiador, pois são eles que fornecem as informações necessárias para a reconstrução e compreensão da história. No entanto, é importante que o historiador esteja ciente das limitações e potenciais distorções presentes nos documentos, buscando uma leitura crítica e contextualizada.

A esse respeito, a autora Vanilda Paiva (1981) discute veementemente sobre as discrepâncias entre os cálculos fornecidos nas tabelas apresentadas pelo MOBREAL e as estatísticas apresentadas pelo PNAD, o que sem dúvida, dificultam para uma leitura mais objetiva sobre os limites e alcances da política estabelecida pelo MOBREAL.

O trabalho de investigação do historiador consiste em analisar os documentos de forma cuidadosa e meticulosa, considerando seu contexto de produção, seus objetivos, suas contradições e suas lacunas. É necessário confrontar diferentes fontes, cruzar informações e buscar evidências que corroborem ou questionem as narrativas presentes nos documentos. Esse processo de análise e interpretação permite ao historiador desvendar as intenções por trás dos documentos e oferecer uma perspectiva mais precisa e completa sobre os eventos históricos.

Portanto, ao lidar com os documentos do período da ditadura militar, é fundamental adotar uma postura crítica e cautelosa, reconhecendo que eles podem ser instrumentos de poder e manipulação. A análise cuidadosa dessas fontes, aliada a outras formas de pesquisa e aportes teóricos, contribui para uma compreensão mais aprofundada e precisa desse período histórico. Dessa maneira, foi preciso escolher um método para analisar os documentos referentes ao MOBREAL, seguindo alguns critérios, elaborados por Laurence Bardin, explanado no livro *Análise de Conteúdo* (1977)<sup>16</sup>.

O método de análise de conteúdo é uma técnica consolidada na pesquisa social que permite a identificação de padrões, categorias e significados presentes nos documentos. A aplicação desse método envolve várias etapas, desde a seleção e delimitação das fontes documentais até a interpretação dos resultados. Inicialmente, realizamos a seleção dos documentos mais relevantes e representativos para o nosso estudo, levando em consideração critérios como autenticidade, abrangência e diversidade de fontes.

Em seguida, procedemos à leitura e codificação dos documentos, identificando unidades de análise, categorias e temas recorrentes. Essa etapa envolveu a organização e sistematização dos dados, por meio da criação de categorias, conforme Bardin (1977), que permitiu a classificação e organização das informações contidas nos documentos. Posteriormente, realizamos a análise propriamente dita, buscando identificar os discursos, os significados e os padrões presentes nos documentos do MOBREAL. Essa análise nos possibilitou compreender as estratégias educacionais adotadas, as concepções pedagógicas subjacentes e os objetivos políticos e sociais pretendidos pelo programa.

O primeiro documento para nossa análise é intitulado *MOBREAL: sua origem e evolução*, é datado de 1973, tendo como publicação a cidade do Rio de Janeiro. Em seu corpo estrutural, é apresentado uma divisão de capítulos no qual compreende uma linguagem simples de apropriação. O *Capítulo I* é destinado para a origem do MOBREAL e subsequente o *Capítulo II*, explora os

---

16 Cardoso e Vainfas (1997) trazem esse autor Bardin no capítulo, *História e Análise de Textos*, contemplado no livro *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, como um exemplo de referência metodológica.



diagnósticos de organização e métodos, divididos nos seguintes tópicos: 1. *Considerações Preliminares*; 2. *Diagnóstico de O e M no MOBRAL*; 3. *Objetivos Específicos da O e M*; 4. *Objetivos Gera da O e M*; 5. *Relacionamentos Básicos*; 6. *Coordenação* e 7. *Considerações Complementares*. No *Capítulo III*, é exposto sobre a evolução do sistema MOBRAL e anexos. Dessa forma, nesses capítulos continha o diagnóstico de organização e métodos, a fim de buscar estratégias para o aperfeiçoamento técnico do Movimento. O formato em que foi produzido, trazia referências centrais ao modelo de educação tecnocrático, enfatizando a racionalidade, a eficácia e os resultados produzidos por meio da alfabetização.

Este documento é produzido pela Assessoria de Organização e Métodos do Movimento Brasileiro de Alfabetização, órgão que fomenta a documentação oficial, transcrevendo e gerenciando as informações sobre o Movimento. Dessa forma, a partir dos dados de identificação, foi perceptível analisar que o Presidente da República na época da estruturação do documento era o autoritário Emílio Garrastazu Médici. Assim, percebemos uma relação do governo de Médici e o MOBRAL, no qual podemos destacar que a implementação do programa inicia-se em seu mandato, mesmo que a organização do MOBRAL anteceda esta data. Além disso, o documento traz destaque para o Ministro da Educação e Cultura Jarbas Gonçalves Passarinho e o Presidente do MOBRAL, o economista Mário Henrique Simonsen, assumindo a presidência da recém-criada Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Anos depois, em 15 de março de 1974 foi nomeado ministro da Fazenda, sucedendo a Antônio Delfim Neto.

A abertura do documento conta com uma apresentação assinada pelo Secretário Executivo Arlindo Lopes Corrêa, presidindo da Secretária Executiva Adjunta Maria Terezinha Tourinho Saraiva, evidenciando a excelência do MOBRAL e os inúmeros aspectos de suas operações. Com isso, trazem à tona o lema “*Você também é responsável*”, mobilizando toda a população brasileira no sentido de elevar o conhecimento da leitura, da escrita e do cálculo às classes menos favorecidas e aos rincões mais afastados do país. Esse lema reflete o compromisso do Movimento em promover a participação ativa de todos na luta contra o analfabetismo e na busca por uma sociedade mais educada e igualitária. Portanto, o documento evidencia a importância atribuída ao MOBRAL como uma iniciativa de alcance nacional, buscando envolver todos os setores da sociedade na tarefa de combater o analfabetismo e promover a inclusão educacional. Através dessa mobilização, o programa visava transformar a realidade educacional do país, levando educação e oportunidades de desenvolvimento para aqueles que haviam sido excluídos do acesso ao conhecimento.

Nesse viés, a noção de sujeitos que cumprem uma função e que são participativos na sociedade está efetivamente ligada à participação desses indivíduos no âmbito econômico, a fim de treiná-los para a produção. Daí que surge a ideia de um movimento educacional que seja funcional, de forma rápida e continuada, quanto mais rápido fosse o processo educacional e a qualificação do sujeito para o mercado de trabalho.

Essa ênfase ao desenvolvimento econômico e a alfabetização de adultos foram planejadas através do MOBRAL. De acordo com seu *Documento Básico MOBRAL*, a prioridade do atendimento do mesmo deveria ser à população urbana, pois:

“(...) é a população urbana que mais padece de carências educacionais, dada a complexidade da vida moderna e o sentido altamente competitivo da sociedade industrial; os adultos e adolescentes alfabetizados são elementos importantes na produtividade do sistema econômico (...).” (MOBRAL, 1973, p.13)

Nesse sentido, o MOBRAL objetivava formar sujeitos trabalhadores, que contribuíssem com o acúmulo do capital, e, portanto, com o desenvolvimento do país. A finalidade não foi de formar cidadãos atuantes e transformadores da sociedade, da política, da cultura, mas pessoas que tivessem condições educacionais mínimas para produzir. Devemos observar que uma educação funcional objetiva promover um ensino aprendizagem funcional, que conseqüentemente, não possibilita a ascensão do sujeito na sociedade, mas limita-os a uma função que não contempla todos os aspectos necessários que se precisa para atuar, se afirmar e modificar, enquanto homem, cidadão e partícipes na sociedade

Assim, era preciso evoluir para um sistema simples e racional, formalizado num grau de descentralização que houve uma flexibilidade, possibilitando respostas imediatas e eficientes aos obstáculos da ação administrativa do MOBRAL e, que se mantivesse em permanente reforma quando fosse preciso atualizar suas diretrizes. Dessa forma, isso é evidenciado quando ocorre o primeiro estágio do Movimento de Alfabetização, em setembro de 1970, mobilizando a partir de um núcleo de gestão que organizasse as primeiras administrações do MOBRAL por intermédio das Coordenações Estaduais e a criação das Comissões Municipais, responsáveis pela implementação em cada município brasileiro. O segundo estágio inicia-se em 1972, sendo subdividido em um terceiro que emergiu no mesmo ano, abarcando a ideia de descentralização por meio de gerências, capazes de serem nomeadas como MOBRAL Central, enfatizando a Educação Integrada. Por fim, em 1973 ocorre uma maior flexibilização na administração das ações pedagógicas desenvolvidas pelo MOBRAL Central.

Posteriormente, o *Documento Básico MOBRAL*, contém 66 páginas, datado de 1973. Esse documento é dividido em 9 capítulos curtos, nomeados da seguinte maneira: *Os porquês do MOBRAL; Descentralizar para agir; Comissão Municipal: a célula básica; A ação do MOBRAL; Convênio: o primeiro passo; Verificando os resultados; De 70 a 72; MOBRAL – 73: uma visão do futuro e Informações úteis*. Diferentemente do documento explanado acima, o presente documento apresenta páginas amareladas, com uma disposição visual entendível, entretanto, ficou perceptível que após a digitalização das páginas, pode ter gerado algumas imperfeições ou cortes nos textos, o que pode afetar a integridade do conteúdo original.

Desse modo, podemos analisar que o *Documento Básico do MOBRAL* define o porquê da alfabetização ser funcional. “Funcional porque faz com que o aluno não se limite a aprender a ler e escrever, mas sim a descobrir sua função, no tempo e no espaço em que vive.” (BRASIL, 1973, p. 32). Segundo o documento, dentre os objetivos do MOBRAL, “procura-se levar a pessoa humana: à aquisição de um vocabulário; ao desenvolvimento do raciocínio; à criação de hábitos de trabalho; ao desenvolvimento da criatividade.” (BRASIL, 1973, p. 32). Visualizando a ideologia que norteou o MOBRAL por essa ótica, entendemos claramente que esse movimento, sustentado pela Lei 5.379/67, foi restritamente orientado pela concepção tecnicista. Ou seja, o modelo educacional que predominou na experiência do MOBRAL estava ligado às técnicas e métodos adequados a produção, portanto, ao fator econômico, fincados na teoria do capital humano.

A partir dessa percepção, Frigotto (1999) aponta que a ideia do capital humano está vinculada a noção de o sujeito adquirir conhecimentos e habilidades, potencializando assim a sua capacidade de trabalho e produção, cujo acréscimo de instrução corresponderia à capacidade de produção do sujeito. Essa teoria foi desenvolvida por Theodoro Schultz na década de 1950. Em síntese, a teoria pode ser assim definida:

“(...) o enigma para a equipe de Schultz era descobrir o ‘germe’, a ‘bacteria’, o fator que pudesse explicar, para além dos usuais fatores A ‘nível de tecnologia’, K ‘insumos de capital’ e L ‘insumos de mão de obra’, as várias do desenvolvimento e subdesenvolvimento entre os países. Schultz notabilizasse com a ‘descoberta’ do fator H (...)”. (FRIGOTTO, 1999, p. 41).

Dessa maneira, o capital humano é um dos investimentos rentáveis, agregado ao plano do desenvolvimento das nações quanto da mobilidade individual. Em consonância com o MOBRAL, é compreensível que os sujeitos adquirissem técnicas de ler, escrever e contar pois quanto mais

tivessem o aprimoramento das suas aptidões, mais poderiam elevar o nível econômico do país ou se transformarem individualmente em fator H.

Diante do contexto do Movimento e sua abordagem educacional, é possível observar que o fator econômico desempenhava um papel central em detrimento do fator humano. O programa estava concentrado principalmente na alfabetização e no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, utilizando técnicas específicas para atingir esses objetivos. No entanto, é importante ressaltar que o enfoque na alfabetização não era acompanhado por uma abordagem mais ampla que valorizasse a leitura do mundo, ou seja, a compreensão crítica e contextualizada da realidade social, política e cultural.

Uma perspectiva mais ampla da educação, que buscasse capacitar os indivíduos não apenas para decodificar palavras, mas também para compreender o mundo ao seu redor, acabou sendo negligenciada nessa política educacional. Dessa forma, as práticas pedagógicas do MOBREAL acabaram sendo limitadas em seu escopo, priorizando a alfabetização funcional em detrimento da formação crítica e da compreensão mais ampla da realidade. Isso pode ser atribuído, em parte, às prioridades e às perspectivas políticas e econômicas que permeavam o período e influenciavam as políticas educacionais.

O documento intitulado *Relatório 1974-1978*, publicado no ano de 1979, é dividido em dois capítulos, nos quais contemplam tópicos. O primeiro capítulo perpassa uma visão retrospectiva do período de 1974/78 distribuída nos seguintes tópicos: *Filosofia de atuação; Resultados dos programas; Atividades de apoio aos programas; Cooperação internacional e Recursos Financeiros*. Já no capítulo dois, recebe o título *Perspectivas de atuação*, em linhas gerais remonta para o ano de 1979/80 e as metas quantitativas dos programas de 1979.

Como descrito anteriormente, vale a pena ressaltar que os dados de identificação são de suma importância para compor esse trabalho, pois é a partir dessas observações, que conseguimos abstrair informações necessárias e trazer à tona as marcas dos sujeitos que presidiram o documento. Desse modo, identificamos que o Relatório citado acima, foi supervisionado pelo mesmo Presidente do MOBREAL e chefiado pelo Secretário Executivo e Secretário Adjunto, além disso, é importante destacar que, o momento no qual o documento foi produzido, o Presidente da República em exercício era Ernesto Geisel. Essa informação permite estabelecer uma conexão entre o MOBREAL e a liderança política do país na época. A presença de Geisel como presidente indica o respaldo e o apoio governamental ao programa, uma vez que a atuação do Movimento de Alfabetização estava diretamente ligado às políticas educacionais e sociais implementadas durante o seu mandato. Dessa

forma, ao considerar o contexto político e a relação entre as autoridades responsáveis pelo MOBRAL e o Presidente da República, é possível compreender melhor a influência e o impacto do programa no cenário educacional e social da época.

O primeiro livro que compõe o arcabouço da Série de Estudos e Documentos, do ano de 1979, recebe o título de *MOBRAL: teoria e pesquisa*, é instituído de 128 páginas, divididas da seguinte maneira: *A UNESCO e o conceito de educação de adultos*; *A funcionalidade nos programas do MOBRAL*; *Papel social do MOBRAL* e *Subsídios para a avaliação do Programa de Alfabetização Funcional*. O segundo livro intitulado *MOBRAL: cultura e comunidade*, compõe os mesmos dados de catalogação. Contudo, em linhas gerais, o documento contém uma introdução, exposição do MOBRAL Cultural, posteriormente explana sobre a ação do MOBRAL e o reforço à identidade cultural das comunidades rurais brasileiras – uma experiência em andamento. Nos últimos capítulos, é retratado sobre o programa de educação comunitária para a saúde e a ação comunitária em diferentes regiões do país.

Assim sendo, esses dois livros não possuem uma editora específica que o produziu, entretanto, foi desenvolvido dentro do Movimento Brasileiro de Alfabetização com vinculação do Ministério da Educação e Cultura. Em sua identificação é apontando que foi desenvolvido durante o governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo, vigorado entre anos de 1979 a 1985, podemos notar que nesse último ano foi quando o Movimento estava começando dar indícios da sua decadência. Segundo Silva e Freitas (2014) na década de 1980, o MOBRAL iniciou seu processo de declínio, com o regime militar que o sustentara, pois se começou nesta década a transição da Ditadura Civil-Militar à “Redemocratização”. E em 1985, o Movimento é extinto, sem conseguir cumprir a meta anunciada – “erradicar o analfabetismo em 10 anos”.

Também ressaltamos que o Ministro da Educação e Cultura na época foi Eduardo Matos Portela, advogado que presidiu a Academia Brasileira de Letras. O Presidente Arlindo Lopes Corrêa foi o grande idealizador, gestor, representante e defensor do MOBRAL, à medida que seu discurso buscou mediar a unidade política e ideológica da instituição, e legitimar seu trabalho perante a opinião pública nacional e internacional. Perdurou o seu cargo durante todo o período que vigorou o Movimento, próspero em suas palavras, assinava sempre a apresentação dos documentos, frisando que as ações do MOBRAL “sejam incorporadas ao contexto universal, as maneiras de ser, sentir, agir e de transformar, as centenas de comunidades brasileiras, até então, marginalizadas pela incomunicação [...]” (CORRÊA, 1979, p. 5). Assim, presidia como Secretário Executivo Sérgio Marinho Barbosa e a Secretária Executiva Ajunta Odaléa Cleide Alves Ramos.

O último documento dessa seleção é o *Relatório 1981*, desenvolvido pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, no qual foi publicado em 1982, representa uma importante fonte de informações sobre as atividades e resultados alcançados pelo movimento em seu último ano de atuação. Esse documento oferece uma visão abrangente e detalhada das ações desenvolvidas pelo MOBRAL, bem como dos desafios enfrentados e das conquistas obtidas. O relatório aborda diferentes aspectos da atuação do MOBRAL, como a implementação de programas de alfabetização, a formação de educadores, as parcerias com entidades públicas e privadas, e a articulação com as comunidades locais. Ele também apresenta dados estatísticos sobre o número de pessoas atendidas pelo movimento, os índices de alfabetização alcançados e outras informações relevantes.

As duas cartilhas detectadas a partir da seleção e pesquisa no Portal do Domínio Público, vem para complementar o discurso que era propagado pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização. A primeira cartilha é intitulada “*Soletre MOBRAL e leia Brasil: cinco anos de luta pela alfabetização*”, foi publicada em 1976 e a segunda cartilha desenvolvida pelo Movimento tem publicação em 1977?, recebendo o título de “*Soletre MOBRAL e leia Brasil: sete anos de luta pela alfabetização*”. Ao discorrer a análise, levamos em consideração os mesmos dados de identificação que são encontrados em ambas, com o intuito de compreender o discurso e a abordagem educacional do MOBRAL ao longo dos anos. Ambas as cartilhas têm como objetivo principal auxiliar no processo de alfabetização de jovens e adultos, utilizando a técnica de soletração como base para a aquisição da leitura e escrita.

As cartilhas evidenciam a luta pelo analfabetismo, durante os respectivos anos que é inserido nos títulos, com intuito de trazer um breve balanço acerca das conquistas numéricas em torno da alfabetização do MOBRAL. Para além dos dados, uma série de questões são retomadas ao longo do texto, incluindo a ênfase inicial do projeto voltando aos aspectos que atrelam educação ao desenvolvimento nacional. É suma importância salientar a ênfase dada aos slogans instituídos durante a ditadura civil-militar no Brasil, suportes criados para legitimar a ação dos militares em priorizar as suas propostas, de modo a contar com a participação do povo brasileiro. Posto isso, aparecem slogans como “*Brasil, conte comigo*” e “*Você constrói o Brasil*”, tornando os mobralenses não somente construtores do “*Brasil Grande*”, da nação do progresso, bem como, “beneficiários” dos avanços nacionais.

Todo esse esforço publicitário em torno de um convencimento conseguiu ao longo dos primeiros anos de atividade não apenas reduzir a taxa de analfabetismo, mas também, persuadir a

população de que o MOBRAL era o único programa capaz de varrer o analfabetismo do país, o que se configurava tão importante quanto. Colocando o MOBRAL em uma posição simpática aos olhos da sociedade em geral, o que aumentava as comemorações. Como ato comemorativo, a Editora Guavira, uma das empresas contratadas pelo MOBRAL para a edição de seu material impresso, lança os dois livretos, fazendo um grande apanhado da história e principalmente apresentando à sociedade uma série de imagens e dados que comprovariam a grande eficácia do Movimento e o inestimável serviço que prestavam ao povo brasileiro, que teria profundo impacto no fortalecimento da cidadania, da democracia e na história da educação nacional.

Os livretos contêm um pouco mais de 60 páginas, em formato similar aos das cartilhas de alfabetização, todo em cores, apresenta uma detalhada exposição de dados do Mobral em todo o país e os alcances por regiões. Informa ao público leitor as diversas ações e campanhas que se somaram ao MOBRAL nos últimos anos, como também o crescente reconhecimento internacional por parte da imprensa estrangeira. Traz depoimentos de abertura do Ministro da Educação e da Cultura Ney Braga, do presidente do Mobral Arlindo Lopes Correa e de um dos diretores da Guavira Editores, o empresário Gustavo de Farias.

É comum em todos estes discursos o uso abundante de adjetivos elogiosos e a tentativa de fortalecimento do MOBRAL, enquanto ação do povo brasileiro e para o povo brasileiro. Os eventos de comemorações se misturavam a inevitáveis balanços que setores mais céticos da sociedade foram realizando. A publicação dessas cartilhas evidencia o esforço do Movimento em desenvolver materiais didáticos e estratégias de ensino que se adequassem às necessidades e características dos alunos adultos que buscavam a alfabetização. A cartilha era um recurso prático e acessível, que permitia aos alunos avançar em seu processo de aprendizagem de forma gradual e lenta. No entanto, é importante ressaltar que a cartilha Soletre MOBRAL, leia Brasil reflete o contexto e as diretrizes educacionais da época, que priorizavam a alfabetização como um aspecto fundamental, mas muitas vezes negligenciavam a importância da compreensão crítica e reflexiva da leitura.

A pesquisa em documentos do período da ditadura militar requer uma abordagem crítica, considerando o contexto político, social e ideológico em que foram produzidos. Cada documento reflete os interesses e perspectivas dos atores envolvidos na sua criação, podendo apresentar viés ideológico, manipulação da informação ou omissões deliberadas. Com isso, procuramos analisar os documentos de forma cuidadosa e meticulosa, confrontando diferentes fontes, buscando evidências e interpretando os discursos presentes nos documentos. No caso do MOBRAL, a análise de

conteúdo foi adotada como método para identificar padrões, categorias e significados nos documentos.

É evidenciado que o intuito era formar sujeitos trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país, com ênfase na alfabetização de jovens e adultos. A concepção do MOBRAL estava ligada à ideia de educação funcional, voltada para a produção e o mercado de trabalho, no qual podemos notar na fonte *Documento Básico do MOBRAL*, assim, estava calcada na importância de um programa como uma iniciativa nacional, buscando envolver todos os setores da sociedade no combate ao analfabetismo e na promoção da inclusão educacional. No entanto, essa abordagem funcional restringia os sujeitos a uma função específica, limitando sua capacidade de atuação e transformação na sociedade.

O MOBRAL foi orientado pela concepção tecnicista e pela ideologia do capital humano, que associa a aquisição de conhecimentos e habilidades à capacidade de trabalho e produção. A pesquisa nesses documentos citados anteriormente, permite compreender as estratégias educacionais adotadas, as concepções pedagógicas subjacentes e os objetivos políticos e sociais pretendidos pelo programa durante a ditadura militar.

No próximo tópico, exploramos a fonte vinculada ao estado catarinense, explorando os elementos que nos possibilitem compreender um pouco sobre a inserção do Movimento no estado de Santa Catarina.

### 3.2 Invisibilidade ou capilaridade do MOBRAL em Santa Catarina?

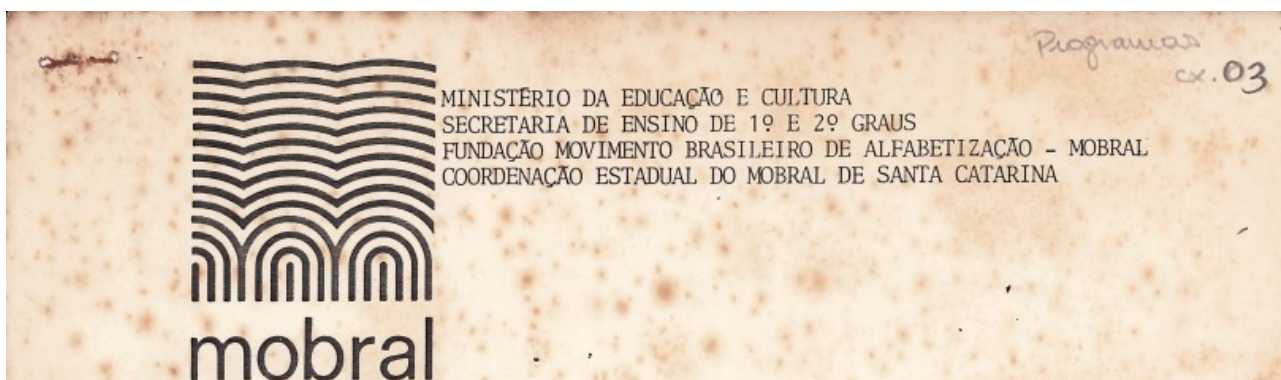
Como comentado na introdução, recebemos do Arquivo Público de Santa Catarina o documento intitulado “*Programa de Desenvolvimento Cultural da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)*”, tendo em vista a pertinência de trazer para o trabalho algumas análises realizadas sobre esta fonte, com a intenção de extrair o máximo de informações possíveis, já que em muitos casos elas se encontram nas entrelinhas. Em consonância com a análise que será desenvolvida posteriormente, destaca-se o *Documento Básico MOBRL*, o qual revela que o coordenador estadual em Santa Catarina era Darci Anastácio. A partir de nossa leitura, é possível inferir que sua contribuição foi relevante para a elaboração desse documento.

O documento contém 26 páginas, apresentando manchas amareladas devido a ação do tempo, as bordas laterais expressam perfurações indicando que esse documento pode pertencer a uma continuidade de documentos do mesmo assunto. Na capa principal é perceptível notar marcas



de oxidação de grampo, além disso, apresenta uma anotação a lápis no canto superior direito indicando “Programas” e abaixo “cx.03”, entende-se que esse documento está localizado no acervo do Arquivo Público, compreendendo o rol dos programas que foram desenvolvidos no território catarinense e encontra-se disponível fisicamente na caixa 03. A seguir, recorte da capa para melhor visualização:

### Imagem 1 – Recorte da capa do documento *Programa de Desenvolvimento Cultural*



Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, documento sem data, contém 26 páginas.

Conforme é apontado na Imagem 1, o cabeçalho é centralizado, composto por uma identificação com letras maiúsculas, apresentando de forma hierárquica o Ministério da Educação e Cultura, Secretária de Ensino de 1º e 2º graus, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e a Coordenação Estadual do MOBRAL de Santa Catarina. No lado esquerdo, ao lado da identificação, está inserido o logotipo do MOBRAL, simbolizada por impressões digitais, abaixo escrito MOBRAL com letras minúsculas. Também foi observado no canto inferior do lado direito, a numeração “0407” com o mesmo estilo de gráfica utilizado ao longo do documento, como foi destacado, essa numeração pode apontar que esse documento pertence a uma continuidade, englobando outros documentos, no qual não tivemos acesso pois a pesquisa foi realizada remotamente pela plataforma do Arquivo Público.

De acordo com o que foi mencionado, podemos também destacar o logotipo do MOBRAL, ilustrada na Imagem 1, com uma representação visual simples e direta, transmitindo a ideia de alfabetização correspondendo os seus objetivos e valores. Analisamos que a sigla “MOBRAL” é destacada de forma proeminente no logotipo, representando o nome do Movimento com o intuito de transmitir uma mensagem visualmente impactante. Destacamos que o símbolo pode incluir alguns elementos educacionais que ilustram a educação, dessa forma, observamos que em seu centro pode-

se interpretar a figura de vários livros abertos sobrepostos, representando o conhecimento e a importância da leitura. Além dessa análise, o logotipo pode indicar as digitais do dedo polegar, representando o analfabetismo de jovens e adultos, quando os mesmos não conseguem assinar o seu nome e sobrenome em documento, e acabam utilizam as impressões.

No geral, o logotipo do MOBRAL transmite a mensagem de que a alfabetização é uma saída individual, que por sua vez contribui para o desenvolvimento coletivo do Brasil. Ele representa a importância da alfabetização como uma ferramenta fundamental para o progresso social e educacional do país, destacando que o empoderamento individual por meio da alfabetização é o caminho para uma sociedade mais instruída e engajada. É um símbolo que reforça o compromisso com a educação e a valorização do conhecimento como ferramenta de transformação. Calcada em frases de impacto que trazem um forte apelo, como é o caso do primeiro slogan “*Você também é responsável*”, divulgado em 1968, quando o Movimento de Alfabetização procurava engajar toda a população brasileira para participar no processo para alfabetizar os indivíduos para que pudessem adquirir práticas de leitura, escrita e numérica. A fonte é dividida em duas partes, na qual a primeira traz a origem do Programa de Desenvolvimento Cultural e na segunda, a implementação do Programa Cultural em Santa Catarina.

Em um papel amarelado devido ao tempo, o documento recebe o título *Programa de Desenvolvimento Cultural*, e é dividido em: 1. *Origem*, fornece um contexto sobre a criação e a proposta do MOBRAL em nível nacional, situando o leitor em relação aos objetivos e diretrizes do movimento; 2. *Implementação do Programa Cultural em SC*, concentra-se especificamente na implementação do programa em Santa Catarina, destacando os principais pontos e ações desenvolvidas; 3. *Unidades operacionais fixas*, detalha as unidades físicas estabelecidas no estado para a realização das atividades do MOBRAL. 4. *Subprogramas trabalhados junto as unidades operacionais fixas e móveis*, descreve as diferentes iniciativas e abordagens adotadas nas unidades para promover a alfabetização e o desenvolvimento cultural.

O último tópico enunciado como 5 é intitulado *Atividades realizadas no Estado de Santa Catarina*, são apresentados exemplos e relatos de atividades específicas realizadas no estado, fornecendo uma visão mais detalhada das práticas e ações que tiveram funcionamento. E por fim, uma relação das unidades culturais implantadas no estado, a partir dos postos do MOBRAL. Trata-se de um documento instigante, que reúne uma breve descrição do Movimento em âmbito nacional e traz elementos sobre a implementação em Santa Catarina, focalizando as Unidades Operacionais fixas e móveis, os Subprogramas junto às duas Unidades e um conjunto de atividades realizadas e

cadastradas ao Movimento de Alfabetização. Tais elementos nos instigam sobre o funcionamento aqui em Santa Catarina, visto que organiza e aglutina um conjunto de atividades já preexistentes.

Dessa forma, no ano de 1975 iniciava-se o cadastramento das atividades que eram desenvolvidas no território catarinense, a partir do levantamento e assimilação almejado pelo MOBREAL Cultural. Abaixo, é perceptível verificar os recortes extraídos a partir da fonte *Programa de Desenvolvimento Cultural*, a abrangência de atividades e eventos culturais que tinham uma aceitação e adesão por parte da comunidade local:

## Imagem 2 – Recorte da lista de Cadastramento dos Grupos Folclóricos

CADASTRAMENTO DE GRUPOS FOLCLÓRICOS

NOME DO GRUPO	MUNICÍPIO	TIPO DE DANÇA	RESPONSÁVEL/CONTATO
01. Grupo Folclórico Veneziano	Nova Veneza	Italiana e alemã	Suzi/Berta
02. Grupo Cenequista de Folclore	Imbuia	Gauesca	Volnei Lutz
03. Grupo Folclórico Estampa Gaúcha	Concórdia	Gauesca	Leonilda Levi
04. Os Itapemenses	Itapema	Pau de Fita e dança dos Arcos	Iara Calil Alexandre
05. Grupo Folclórico SURINAN	Joinville	Afro	Otaíro Costa de Oliveira
06. Grupo Folclórico Xangô	Içara	Candomblé	Tânia Maria de Oliveira
07. Grupo de Folclore Taioense	Taió	Italiana	Maria Tonelli Meriz
08. CTG Mirim - Flor Gaúcha	São José do Cedro	Gauesca	Prefeitura Municipal
09. Grupo Folclórico Gigante da Colina	Rio Negrinho	Alemã	Prefeitura Rio Negrinho-Depto Cultura
10. Grupo Folclórico Boi-de-mamão	Florianópolis	Açoriano	Fundação Catarinense da Cultura
11. Grupo Folclórico Boi-de-mamão	Antonio Carlos	Açoriano	Gilberto Hoffmann
12. Grupo Folclórico de Blumenau	Blumenau	Alemã	Iodete Correa de Amorim
13. Grupo Folclórico Invernada Artística Tropeiros da Saudade	São Joaquim	Gauesca	Saulo Proença (Patrão)
14. CTG - Lages	Lages	Gauesca	Inez Amarante Godói
15. Grupo Folclórico de Armazém	Armazém	Açoriana (pau-de-fita)	Prefeitura Municipal de Armazém
16. Grupo Folclórico Camponovense	Campos Novos	Gauesca	Iraci Terezinha Bleichwel
17. Grupo Folclórico de Porto União	Porto União	Gauesca	Sulamita da Costa
18. CTG.Mirim - Querência dos Pampas	Palma Sola	Gauesca	Valdir -Prefeitura Municipal
19. Grupo Folclórico Invernada dos Caipiras	Palma Sola	Gauesca	Carlos Dal Prá -Prefeitura Municipal
20. CTG Mirim - Flor Gaúcha	São José do Cedro	Gauesca	João Alencar Dipp-Prefeitura Municipal
21. Grupo Renovador Kolping	Itapiranga	Alemã/polonesa	Maria Inês Michels
22. Cultura Integração	Concórdia		Júlio Tadeu Alves de Lima
23. Grupo Manoel R.da Costa e Família	Itapema	Terno de Reis	Manoel R.da Costa e Família
24. Grupo Artístico de Ponte Serrada	Ponte Serrada		Zenaide Rodrigues

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, documento sem data, anexo I.

## Imagens 3 e 4 – Recorte da lista de Cadastramento dos Grupos de Teatro

GRUPOS DE TEATRO

NOME DO GRUPO	MUNICÍPIO	RESPONSÁVEL	ENDEREÇO
01.Grupo Teatral Sunchine	Santa Cecília	Jerry Isac Gerber	R: Sgtº Juvenil Pereira de Souza
02.Grupo Teatral Raízes	Canoinhas	Valdemar dos Reis	Vidal Ramos, 126
03.Grupo Teatral Chave	Itajaí	Ilton Francisco Vianti	R: Ştringari, 595
04.Grupo Teatral Ribalta	Blumenau	Ivo Hadlich	
05.Grupo Teatral Excelsior	Xanxerê	Celito Pandolfi	R: Independência, 485
06.Grupo Teatral Comunicação	Descanso	Moraes Damião	R:Martini Piasesqui
07.Luz e Sombra	Campos Novos	Hugo Leopoldo Klein	
08.Os Fantoches	São Martinho	Rita H.Schmitz	R:Fco.Beckausser s/n
09.Concórdia Grupo Teatral	Concórdia	Leonilda Ferri	Prefeitura Municipal
10.Grupo Teatral Chamacesa	Florianópolis	Francisco de Peres Moraes	R:Vidal Ramos, 34-Ed.Eduardo Dias apto: 801
11.Grupo Munic.Teatro Gent	Laguna	Jairo João Barcelos	R:Tupinambá nº 149
12.Grupo Teatral JU	Curitibanos	Sérgio Antonio Gobbi	Av.Rotary, 236
13.Grupo Italo-Brasileiro de Arte e Cultura de Rodeio SC	Rodeio	Iracema Mª Ceuri	
14.Grupo Teatral Esperança	Joinville	Jair da Silva Correa	
15.TEJO-Teatro de Joaçaba	Joaçaba	Oswaldo Antonio Colombo	
16.Teatral Mirim	Ipumirim	Alfredo Sontag	
17.Gita	Ituporanga	Anaury José Deucher	Prefeitura Munic.Ituporanga
18.Teatro Oficina	São José do Cedro	Etelvino Luiz Festa	Prefeitura Munic.Ituporanga
19.Grupo Guarani	Campos Novos	Celso Santos	Prefeitura Munic.Ituporanga
20.Aliança Católica	São Carlos	Leopoldo Wendelino	Prefeitura Munic.Ituporanga
21.Teatro Sto.Amaro da Imperatriz	Sto.A.Imperatriz	Bitchinger	Prefeitura Munic.Ituporanga
22.Grupo Teatral Peritiba	Peritiba	Luiz Gonzaga Raurlow	
23.Grupo Teatral Seara	Seara	Pe. Paulo Rosalém	
24.São Bento do Sul	S.Bento do Sul	Oldegar Schuldt	
25.Teatro Estudantil de Garopaba	Garopaba	Mário Cristofolini	
26.Os Arautos da Cultura	Rancho Queimado	Jorge Luiz Chaves	
27.Vira Lata	Blumenau	Silvino Schneider	
28.Gralha Azul	Lages	Carlos R.Jardim	

GRUPOS DE TEATRO			
NOME DO GRUPO	MUNICÍPIO	RESPONSÁVEL	ENDEREÇO
29. Comunicação	Descanso	Heron Cesar Casagrande	
30. Grypo Teatro Juca	Peritiba	João Sebaldo Finger	
31. Juventude Unida Palmasolense	Palma Sola	Cleunir Pelser	
32. Juventude para o Amor Maior de Cristo	Laguna	Fátima Regina M. Marçal	
33. Grupo Teatral MOBRAL de S. Bonifácio	São Bonifácio	Nelsina Maria Steffen	
34. Grupo Teatral Luiz Bertoli	Taió	Maria Tonolli Meriz	
35. Grupo Teatral Tamaw	Alfredo Wagner	Mário Marciano da S. Maciel	
36. Grupo Teatral MOBRAL Teawi	Witmarsum	Aloisio Monguilhot	
37. Guarã	Guaramirim	Antonio Timóteo Leonardo	
38. Teatral Canoinhense	Canoinhas	Ceci Varela Dittrich	
39. Integração do Teatro Amador	Ituporanga	Orlando Adilson Turnes	
40. Teatral Peter Pan	Içara	Maria do Carmo Santos Moreira	

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, documento sem data, anexo II e III.

### Imagem 5 – Recorte da lista de Cadastramento de Corais

CORAIS			
NOME DO CORAL	MUNICÍPIO	RESPONSÁVEL	ENDEREÇO
Gigante da Colina	Rio Negrinho	Neuma Budimann	Prefeitura Municipal
Antonio Martinho Telles	Piçarras	Roberto João Duarte	Prefeitura Municipal
Coral Infantil Ruby	Xanxerê	Arlindo Trevisol	Prefeitura Municipal
Coral Colégio Luiz Bertoli	Taió	Lino João Dell'Antonio	Prefeitura Municipal

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, documento sem data, anexo IV.

### Imagens 6 e 7 – Recorte da lista de Eventos Culturais realizados em Santa Catarina

EVENTOS CULTURAIS			
NOME DO EVENTO	MUNICÍPIO	EPOCA	ENTIDADES ENVOLVIDAS
01. Encontro Estadual do MOBRAL de SC - EMOBRES		Novembro	Coordenação Estadual, Comissões Municipais do MOBRAL (COMUN) Prefeituras/Entidades Culturais.
02. ENCAJJIH - Encontro Cultural	Catanduvas, Água Doce, Joaçaba, Jaborá, Ibicaré, Herval d'Oeste Ponte Serrada		Prefeituras/MOBRA
03. Festival Concordeense da Música Sertaneja	Concórdia		Prefeitura/MOBRA/Rádio Rural de Concórdia
04. Festival de Violeiros	Guaramirim	Setembro	Prefeitura/MOBRA
05. Noite Cultural	Lontras	Julho	Prefeitura/MOBRA
06. Passeio Ciclístico	Maracajá	Mão	Prefeitura/MOBRA
07. Gincana Cultural e Desportiva	Matos Costa	Abril	Prefeitura/MOBRA
08. Feira e Exposição de Artesanatos	Modelo	Outubro	Prefeitura/MOBRA
09. Exposição de Artesanato	Morro da Fumaça	Novembro	Prefeitura/MOBRA
10. Gincana Cultural	Morro da Fumaça	Julho	Prefeitura/MOBRA
11. Concursos Literários	Morro da Fumaça	Julho	Prefeitura/MOBRA
12. Itã	2º Festival de Calouros	Outubro	Prefeitura/MOBRA
13. Feira do Artesanato e Artes Plásticas	Itajaí		MOBRA/Prefeitura
14. Encontro Cultural	Itajaí		MOBRA/Prefeitura
15. Gincana Cultural	Itapiranga	Mão	MOBRA/Prefeitura
16. Torneio Esportivo	Itapiranga	Mão	MOBRA/Prefeitura
17. Feira de Artesanatos	Jaguaruna		MOBRA/Prefeitura
18. Feira de Arte e Artesanato	Jaraguá do Sul	Janeiro a Dezembro	MOBRA/Prefeitura

EVENTOS CULTURAIS			
NOME DO EVENTO	MUNICÍPIO	ÉPOCA	ENTIDADES ENVOLVIDAS
19.Torneios e Concursos de Seresteiros	Jaraguá do Sul	Janeiro a Dezembro	MOBRAL/Prefeitura
20.ENCIMAPE-Encontro Cultural	Ituporanga,Atalanta,Petrolândia e Aurora	Outubro	MOBRAL/Prefeitura
21.Gincana Cultural	Major Vieira	Maio	MOBRAL/Prefeitura
22.Concurso de Redação	Major Vieira	Dezembro	MOBRAL/Prefeitura
23.Festival da Música Sertaneja	Major Vieira	Novembro	MOBRAL/Prefeitura
24.2ª Tarde Caipira	Maravilha	Junho	MOBRAL/Prefeitura
25.2ª Feira Artesanal	Maravilha	Julho	MOBRAL/Prefeitura
26.2ª Noite Artístico Cultural	Maravilha	Julho	MOBRAL/Prefeitura
27.3ª Encontro de Idosos	Maravilha	Setembro	MOBRAL/Prefeitura
28.Concurso Literário	Maravilha	Julho	MOBRAL/Prefeitura
29.Feira de Artesanato	Meleiro	Junho	MOBRAL/Prefeitura
30.Encontro Cultural	Meleiro	Junho	MOBRAL/Prefeitura
31.Roda de Violeiros	Navegantes	Agosto	MOBRAL/Prefeitura
32.Encontro de Clube de Mães	Navegantes	Dezembro	MOBRAL/Prefeitura
33.Gincana Cultural	Peritiba	Maio e Novembro	MOBRAL/Prefeitura
34.Feira e Exposição de Artesanato	Peritiba	Maio/Agosto/Novembro	MOBRAL/Prefeitura
35.Festival de Talentos	Peritiba	Agosto	MOBRAL/Prefeitura
36.Gincana Cultural	Petrolândia	Agosto	MOBRAL/Prefeitura
37.Festa do Colono	Nova Trento	Junho	MOBRAL/Prefeitura
38.Noite do Folclore	Nova Trento	Agosto	MOBRAL/Prefeitura
39.I Encontro de alunos do MOBRAL	Nova Trento	Setembro	MOBRAL/Prefeitura
40.Feiras de Artesanato	Orleães	Junho/Outubro	MOBRAL/Prefeitura
41.Noite dos Talentos	Palma Sola	Julho	MOBRAL/Prefeitura

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, documento sem data, anexo V e VI.

Conforme exposto nas imagens anteriormente, é de suma importância trazer para o trabalho de forma ilustrativa, através de recortes da fonte, as atividades e eventos cadastrados pelo MOBRAL em Santa Catarina. Essas atividades, que já existiam previamente, foram incorporadas pelo Movimento, de acordo com PRADO; NETO (2019) como uma estratégia para amenizar as tensões sociais e, até mesmo, para ocultar as relações conflitantes existentes na época. Desse modo, era necessário promover atividades culturais, mas que fossem supervisionadas pelo governo pois como objetivo preeminente difundir os valores e ideais do regime, buscando criar uma população educada e disciplinada, alinhada aos interesses do governo. A lista de cadastramento está localizada no final do documento como um anexo, contemplando um total de 11 páginas, destacamos que as Imagens 6 e 7 fazem referência aos eventos culturais realizados no estado e pertencem a uma lista com 7 páginas, entretanto, procuramos trazer apenas os primeiros eventos a título de curiosidade.

Através da integração com as fontes nacionais, percebemos que o Programa Cultural estava vinculado com o MOBRAL Central, pois compreende que:

(...) sua vasta rede de postos que atende à totalidade dos municípios brasileiros e que tem nos seus alunos expressiva amostra de uma faixa da população carente de recursos, apresenta um incentivo as atividades culturais bem como uma valorização das diferentes expressões regionais de cultura (...) (MOBRAL, 1973, p. 59)

Após sua implementação em nível nacional em 1973, o MOBRAL, em consonância com a proposta de Educação Permanente, buscava promover a participação ativa dos alunos nos programas pedagógicos, bem como envolver a comunidade em que estavam inseridos. Baseado nas habilidades recém-adquiridas de leitura, escrita e cálculo, o Programa de Desenvolvimento Cultural tinha como objetivo oferecer atividades culturais que valorizassem as culturas locais e estimulassem tanto as atividades individuais quanto as coletivas. É pertinente notar que no território brasileiro existiram e foram implantados 3.500 Postos Culturais, destinados à promoção de atividades culturais e educativas e 33 Unidades Operacionais Móveis, sendo 5 Mobarlteras e 27 Mini-Mobarlteras.

O Programa Cultural foi implementado em Santa Catarina em 1974, um ano após a divulgação feita pelo MOBRAL nacional. Como tivemos acesso a uma única fonte produzida no estado, disponível para consulta, a partir da análise levantamos que o Movimento de Alfabetização começou a ser impulsionado em todo território brasileiro a partir de 1970 junto com o seu ano de institucionalização, cruzamos essa informação em uma linha cronológica dos governos estaduais que tiveram atuação no estado catarinense. Nesse período, de ascensão e difusão do MOBRAL, destacam-se o governo de Ivo Silveira, com o mandato de 1966 até 1971, um ano antes que antecede a sua concessão é instituído o AI-2, de 27 de outubro de 1965, extinguindo o pluralismo partidário e introduzindo o bipartidarismo no Brasil, coordenando no Estado a estruturação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), posterior, com Colombo Salles, iniciado em 1971 com o final do mandato em 1975. Além do governador Colombo Salles, cujo vice-governador foi o empresário Atilio Fontana, destaca-se também o governo de Antônio Carlos Konder Reis, em cuja gestão foi aprovado o Plano de Governo de 1975 a 1979, constatando no documento que o MOBRAL foi uma das prioridades no período.

Portanto, há a hipótese de que no estado de Santa Catarina o MOBRAL tenha iniciado no governo do Ivo Silveira, entretanto, não temos uma precisão em qual data ocorreu a sua institucionalização no estado, mas de acordo com o *Documento Básico MOBRAL*, observa-se que os municípios-polo,<sup>17</sup> nessa época, correspondiam a cidade de Blumenau, Chapecó e Florianópolis, nas quais constata-se a existência de supervisores estaduais que coordenavam as atividades desenvolvidas pelo Movimento. Esses municípios desempenharam um papel fundamental na disseminação das ações do MOBRAL e na expansão da alfabetização de jovens e adultos em Santa Catarina.

---

<sup>17</sup> Optou-se em utilizar a escrita igual do documento.

Desse modo, é perceptível compreender que o Programa de Desenvolvimento Cultural é implementado no estado foi com o governo de Colombo Salles, sendo o primeiro governador “biônico” catarinense, eleito sem o crivo das urnas em uma eleição indireta. De acordo com a fonte, existiram 172 Postos do MOBREAL e 5 Mini-Mobraltecas, distribuídas em 171 municípios. Procuramos verificar quantos municípios existiam em Santa Catarina em 1974, quando o Programa Cultural foi instituído, chegando ao número de 197 municípios. Comparando com a relação das unidades culturais implantadas no estado, obtivemos um total de 27 municípios que as atividades culturais não estavam centradas nesses locais.

Portanto, dos 197 municípios 170 eram atendidos pelo MOBREAL Cultural, e há um equívoco na fonte, pois quando apresenta o dado que 171 municípios abarcaram o programa. Levando em consideração que Otacílio Costa e Lages são considerados municípios distintos, sendo que Otacílio Costa só se emancipou de Lages em 10 de maio de 1982, ou seja, era um distrito de Lages na época, tendo Lages então, dois Postos, assim como Ituporanga, totalizando 172 Postos em 170 cidades. As cidades identificadas como não sendo atendidas pelos Postos Culturais no território catarinense são: Biguaçu, Camboriú, Imaruí, Orleans, Bom Retiro, Timbó, Piratuba, Taió, Água Doce, Campo Erê, Grão-Pará, Imbituba, Rio das Antas, Rio da Fortuna, São José do Cedro, Campo Belo do Sul, Saudades, Águas Mornas, Rio do Cedro, Salete, Benedito Novo, Monte Castelo, São Ludgero, Galvão, Ouro, Ascurra e Lacerdópolis. Esses Postos ficaram conhecidos como:

“(...) Posto Cultural, assegura a realização de atividades permanentes contribuindo assim para fixar a aprendizagem do aluno do MOBREAL, representando um forte fator de mobilização para os programas pedagógicos (...) (MOBRAL, 1979, p. 20)

Assim, constitui-se como uma unidade operacional fixa, instalada geralmente em um ponto central do município para facilitar o acesso do mobralense e da comunidade. Esses locais normalmente eram “(...) cedidos por entidades, centros culturais ou pela iniciativa privada e centros comunitários (...)” (MOBRAL, 1979, p.20). Dessa forma, os Postos Culturais eram implementados em comunidades interessadas no Programa e que oferecem possibilidades concretas de assumir a operação, com livros, materiais didáticos, instrumentos musicais e ainda em um ponto de encontro dos alfabetizadores e professores para atuarem nas atividades culturais.

As unidades operacionais móveis eram chamadas de Mobraltecas e Mini-Mobraltecas, destinadas à execução de atividades culturais de forma itinerante. A atuação de ambas são feitas com a passagem pelas localidades, despertando o interesse pelo desenvolvimento de atividades

culturais permanentes, mobilizando e sensibilizando as comunidades para toda a ação do MOBRAL e com isso, dinamizando os Postos tornando-os conhecidos da comunidade. Conforme é apontado no documento, existiram 6 Mobraltecas no país, dessas, uma Mobralteca atendia a quatro estados: Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além disso, as Mini-Mobraltecas atendiam às regiões de difícil acesso onde a Mobralteca não podia chegar<sup>18</sup>. Em Santa Catarina as 5 Mini-Mobraltecas que realizaram suas atividades foram implementadas na cidade de Imbuia, Ituporanga, Içara, Três Barras e Florianópolis.

Entretanto, para o funcionamento dos Postos Culturais era necessário que a Coordenação Estadual do MOBRAL (COEST), com sede na capital do estado, indicasse um animador, este desempenhava o papel de facilitador nas atividades de implementação e junto um executivo do Posto. Recebiam a função de supervisionar o funcionamento, a manutenção das instalações, equipamentos e materiais, além de elaborar a programação e enviar fichas bimestrais, relatórios e outros documentos que correspondiam as atividades que eram realizadas. Além disso, “(...) a clientela dos Postos Culturais formada principalmente por alunos e ex-alunos do MOBRAL, estendendo-se essa atuação as camadas da população carentes (...)” (MOBRAL, 1979, p.19), após a instalação em um determinado local, iniciava-se a operação com o desenvolvimento de atividades que englobavam teatro, rádio, cinema, folclore, música, literatura, jogos, televisão, e artes plásticas.

Como podemos depreender do documento em análise, o MOBRAL participou ativamente do campo simbólico e ideológico desenvolvido ao longo do período ditatorial. Apelava para adjetivos como Movimento, o que fornecia um caráter popular, inclusivo e supostamente coletivo. Contudo, atuou de forma desagregadora para o enfraquecimento da formação docente no país, visto que, alinhava-se às outras políticas em curso, como é o caso da Lei 5692/71 que instituiu a profissionalidade no ensino secundário, ao mesmo tempo que transformava a formação de professores em um curso técnico.

Ainda que de forma preliminar, observa-se uma capilaridade das ações do MOBRAL misturadas, confundidas com a dinâmica de funcionamento dos municípios. Somam-se em sua agenda, conforme evidenciado anteriormente, um conjunto de atividades culturais, cadastro de grupos de folclore, coral, passeios ciclísticos, dentre outros.

---

18 A Mobralteca e as Mini-Mobraltecas são montadas em um veículo menor, como uma Kombi ou até mesmo um barco, equipadas com instrumentos musicais, material para pintura, artesanato e trabalhos manuais, palco, teatro de bonecos, pinacoteca, livros, entre outros recursos. Formada por uma equipe de três pessoas, um animador e dois operadores, que realizam a execução das atividades conforme a relevância da localidade. Ver: **Programa de Desenvolvimento Cultural**. Florianópolis: [s.n], 197?. p. 03.



Sabemos que os 21 anos de ditadura militar não foram homogêneos e que em diferentes momentos as estratégias de adesão e de produção de consensos também foram se modificando. Por isso, é preciso ainda perguntar sobre o alcance e as formas de atuação e adesão ao MOBRAL no estado de Santa Catarina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior conclusão que chegamos ao término dessa pesquisa, é a de que ela apenas começou, por mais paradoxal que isso seja. Esse trabalho de conclusão de curso tornou-se, em certo grau, uma enorme investigação em busca dos rastros deixados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização, institucionalizado em um período turbulento da história do Brasil. Assim, procuramos transitar pelo estado de Santa Catarina, explorando a única fonte disponível que encontramos, a fim de compreender sua atuação no território catarinense.

No primeiro capítulo, dedicamo-nos a introduzir o leitor os caminhos percorridos na escolha da temática, iniciando com as vivências adquiridas ao longo da graduação, bem como o aprendizado realizado no Programa de Residência Pedagógica que proporcionou reflexões sobre a educação de jovens e adultos. Também desenvolvemos um subtópico explanando o percurso teórico-metodológico, trazendo à tona alguns autores importantes que permeando o campo educacional, dessa forma, suas produções textuais vieram auxiliar no desenvolvimento desse trabalho, além disso, foi nessa parte da escrita que procuramos apresentar o caminho que nos levou a encontrar o documento disponibilizado pelo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina que constituiu como nossa principal fonte de pesquisa.

No segundo capítulo, buscamos traçar um paralelo com os repositórios institucionais, explorando das duas maiores instituições catarinenses, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade do Estado de Santa Catarina, para conhecermos as produções textuais relacionadas sobre o MOBRAL no estado de Santa Catarina. Além da investigação minuciosa de artigos científicos, como foi caso no Periódicos *Perspectiva*, *Revista Linhas* e na plataforma Scielo, o que nos levou a uma invisibilidade sobre os trabalhos acadêmicos vinculados ao território catarinense. Entretanto, recorreremos para as construções de dois tópicos ancorados nesse capítulo, com a seleção e auxílio de três dissertações e uma tese de doutoramento, com o intuito de nos amparar para compreender o contexto histórico do período e, também com o suporte de leituras vinculadas a educação.

Por fim, procuramos nos debruçar e conhecer as fontes de âmbito nacional, produzidas pelo próprio Movimento, sendo importante fios condutores para encontrar pistas que nos levassem a fazer um cruzamento de informações com o nosso único documento detectado até o momento. A fim de obter uma visão mais abrangente e aprofundada do MOBRAL, ao cruzar essas informações, foi possível estabelecer conexões e identificar padrões, contribuindo para uma compreensão mais ampla do funcionamento e das suas ações. Optamos pela construção de dois tópicos, no primeiro

apresentamos as fontes nacionais e a sua composição com dados de identificação e no segundo o documento de Santa Catarina, sendo este intitulado *Programa de Desenvolvimento Cultural*, nesse caso procuramos trazer os elementos essenciais que o mesmo se apresenta, encerrando de forma abrupta.

Essa abordagem nos permitiu ampliar o escopo da pesquisa e pensar sobre os futuros trabalhos que podem ser desenvolvidos, levando em conta a necessidade de um tempo maior de dedicação e aprofundamento do tema. No entanto, também é importante ressaltar que muitas informações e documentos foram perdidos ou estão incompletos, o que contribui para a análise ainda incipiente. Diante disso, percebemos os desafios enfrentados durante o processo de pesquisa, como a escassez de fontes acessíveis e o apagamento histórico de determinados períodos. Mesmo assim, o empenho em explorar as fontes disponíveis e realizar um trabalho de análise e cruzamento de dados foi fundamental para traçar um panorama inicial do MOBRAL em Santa Catarina.

Consideramos que nosso problema de pesquisa, voltado às formas de implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização no território catarinense, e como essas formas se relacionam com as dinâmicas políticas, sociais e educacionais da região, tenha sido alcançado parcialmente, na medida em que reunimos alguns indícios e datações, sinalizando para algumas hipóteses, entre elas, a de que o MOBRAL pode ter sido implementado no estado a partir do governo de Ivo Silveira, essa sinalização nos aponta que pode ter sido institucionalizado em 1970, tendo em vista a implementação em nível no mesmo ano. Além disso, consideramos fundamental perseguirmos as pistas apresentadas pelo Anuário Estatístico de 1975, indicando que por meio das pessoas jurídicas que optaram pelo MOBRAL para obter incentivos fiscais, poderemos compreender melhor a capilaridade da política no estado e nos municípios partícipes.

Em relação aos objetivos de pesquisa que postulamos, em especial, o de compreender a presença do MOBRAL no estado de Santa Catarina, vislumbramos que isso se objetivou a partir da nossa fonte principal trazendo elementos cruciais do Programa de Desenvolvimento Cultural, por meio da qual é possível perceber a incorporação de atividades feitas pelo Movimento, quando as mesmas já preexistiam, e foram incorporadas e assimiladas. Assim, também evidenciamos que os produtores de documentos eram os sujeitos que tinham uma formação e em muitos anos a organização do próprio Movimento se deu de forma hierárquica, onde indivíduos comuns apenas participavam das atividades propostas e, a partir de uma alfabetização funcional voltada para o mercado de trabalho. Desse modo, a aderência do Programa Cultural no estado de Santa Catarina

ocorre de forma capilarizada, sendo incorporado em algumas cidades e procuram captar alunos para participar de suas atividades como forma de desenvolver suas habilidades humanas.

Além disso, é importante ressaltar que nossa pesquisa não buscou esgotar o tema do MOBRAL em Santa Catarina, mas sim mapear sua inserção no estado a partir da única fonte disponível que apresentou o Programa Cultural. Reconhecemos que há a necessidade de futuras pesquisas que explorem os acervos e arquivos, a fim de aprofundar o conhecimento sobre esse período histórico e suas implicações educacionais. Dessa forma, poderemos ampliar nosso entendimento sobre as práticas pedagógicas do MOBRAL e sua influência no contexto social e educacional catarinense.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, João Paulo Guerreiro de. **Movimento Brasileiro De Alfabetização – Mobral: Memórias E Práticas Pedagógicas No Município De São João Do Jaguaribe/Ce (1972-1979)**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional) - Universidade Estadual Do Ceará, 2017.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. Uso e mal-uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BRANT, Patrícia Regina Silveira de Sá. **Do perfil desejado – a invenção da professora da educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis (1976-1980)**. 2013. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós – Graduação em Educação, Florianópolis, 2013.
- Braga, Álvaro José Pereira. **Do MOBRAL ao computador: a implementação de um projeto de informática educativa na Educação de Jovens e Adultos**. 1996. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm).
- BORGES NETO, Fernanda. **O MOBRAL sob o olhar de uma geógrafa**. 2021. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). História e análise de textos. In: \_\_\_\_\_. **Domínios da história: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 536-567.
- CARVALHO, Ana Maria Orlandina Tancredi. **Políticas nacionais de educação infantil: MOBRAL, Educação Pré-Escolar e a Revista Criança**. 2006. 213 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós – Graduação em Educação. Campinas, 2006.
- COELHO, Leni Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos: as ações do MOBRAL no Município de Patos de Minas/MG (1970-1980)**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós – Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- COSTA, Margareth Correia Fagundes. **Arquitetura ideológica e a memória social na cartilha do MOBRAL/PAF**. 2020. 171 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.
- DORNELES, Malvina do Amaral. **O MOBRAL como política: a institucionalização do analfabetismo**. 1990. 293 f. Dissertação (Mestrado em Política e Planejamento da Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós – Graduação em Educação, Porto Alegre, 1990.

ESCOBAR, Floriano José Prado. **A Fundação MOBRAL e alguns registros sobre sua presença em Sorocaba-SP**. 2007. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba. Programa de Pós – Graduação em Educação, Sorocaba, 2007.

FEBVRE, Lucien. Profissões de fé à hora da partida. **Combate pela História**. Lisboa: Presença, 1985.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. Alfabetização e ditadura militar: O MOBRAL em ação. In: \_\_\_\_\_. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 247-263.

FRIGOTTO, Gaudêncio. E educação como campo social de disputa hegemônica. In: \_\_\_\_\_. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 40-58.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e a educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2011.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Ideário autoritário e leis da educação sob a Ditadura Militar. In: \_\_\_\_\_. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 111-126.

GOMES, Luciana Kellen de Souza. **Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAL em Fortaleza**. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

GOVERNADORES DE SANTA CATARINA. **Portal do Estado**. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/governadores-de-santa-catarina/>. Acesso em: 29 de jun. 2023.

GUARATO, Mônica. **Alfabetização de adultos: a experiência do MOBRAL no município de Uberlândia-MG (1971-1985)**. 2001. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: Educação de Adultos) – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós – Graduação em Educação, Uberlândia, 2001.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. 6. ed. Campinas SP: Ed. Unicamp, 2012.

LIMA, Nilzete Souza Silva de. **Campanhas de alfabetização de adultos e de jovens e adultos em Maceió: MOBRAL (1967-1985) e Programa Brasil Alfabetizado (PBA, 2003- 2010)**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

MARAFON, Danielle. Entre uma pedagogia da assistência e uma pedagogia compensatória: Proposta pedagógica para o atendimento da criança em creche (1993). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 134-156, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013134>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MARCILIO, Maria Luiza. **História da Alfabetização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Ivo Silveira**. 2022. Disponível em: [https://memoriapolitica.ale.sc.gov.br/biografia/410-Ivo\\_Silveira](https://memoriapolitica.ale.sc.gov.br/biografia/410-Ivo_Silveira). Acesso em: 29 de jun. 2023.

NASPOLINI FILHO, Archimedes. **Capítulo 15 - Colombo Machado Sales**. 2018. Disponível em: <https://www.4oito.com.br/noticia/capitulo-15-colombo-machado-sales-8530>. Acesso em: 29 de jun. 2023.

NIENCHOTER, Rosane. **“A EJA em minha vida”**: trajetórias sócias de egressos/as da Educação de Jovens e Adultos no município de Palhoça (SC). 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: História e Historiografia da Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós – Graduação em Educação, Florianópolis, 2012.

OLIVEIRA, Leticia Borges de. **Educação no campo: Mobral no meio rural de Uberlândia/MG (1970-1985)**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

PAIVA, Vanilda P. Mobral: um desacerto autoritário – 1ª parte: o Mobral e a legitimação da ordem. **Síntese**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 83-114, set./dez. 1981.

PEDERIVA, Ana Cristina. **O MOBREAL faz mais do que ensinar a ler e a escrever**: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha – MG (1970 -1985). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

PRADO, Mariana Lemos do. **Educação de jovens e adultos**: um estudo acerca dos princípios políticos e pedagógicos que conduziram a proposta educacional do Movimento Brasileiro de Educação – MOBREAL (1967-1985). 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SABINO, Vandeicol Salviano. **Alfabetização de jovens e adultos no período militar**: o MOBREAL segundo alguns críticos e egressos. 2008. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

SANTOS, Josilene de Souza. **Concepções de leitura**: obras literárias para neoleitores do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBREAL – 1970 a 1985). 2022. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. Da materialidade ao conteúdo: análise do material didático do Movimento Brasileiro de Alfabetização. **História em Revista**, v. 24, n. 1, 2018.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1970-1985): metodologia, materialidade e conteúdo.** 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós – Graduação em História. Feira de Santana, 2021.

SANTOS, Luciana Martins Teixeira dos. **Direito humano à memória da educação de adultos no Brasil autoritário: documentos legais e narrativas de ex participantes do MOBRAL (1967-1985).** 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Danielly Cardoso da. **“Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos”:** A Campanha Publicitária do Mobral na Revista Veja (1970-1975). 2019. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SILVA, Jailson Costa da. **O Mobral no sertão alagoano:** das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas. 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SILVA, Jailson Costa da. **A memória dos esquecidos:** narrativas dos sujeitos partícipes das ações do Mobral Cultural no Sertão de Alagoas. 2018. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SILVA, Jailson Costa da; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. **Narrativas históricas dos ex-alfabetizadores do mobral no sertão de alagoas:** o que as vozes anunciaram?. XXII Encontro de Pesquisa Educacional no Norte e Nordeste. 2014.

SILVA, Luciele da. **Ensino de Filosofia na Educação de Jovens e Adultos:** percursos e perspectivas na rede municipal de ensino de São José-SC. 2016, 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós – Graduação em Educação. Florianópolis, 2016.

SILVA, Simone da. **Panorama histórico do Mobral:** operacionalização no município de Araras. 2012. 260 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2012.

SOUZA, Bianca Nogueira da Silva. **Alfabetização e legitimidade:** a trajetória do mobral entre os anos de 1970-1980. 2016. 205 f. Tese (Doutorado em História – Área: Pesquisa Cultural e Memória). Programa de Pós – Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

TORRES, Andressa Marques. **O Programa de Educação Integrada (PEI) do MOBRAL no sertão alagoano:** a história narrada pelos sujeitos “anônimos”. 2020. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.



TUREZO, Geraldo José. **Um passo a mais na alfabetização de adultos trabalhadores: um estudo sobre os programas do MOBREAL na Escola Estadual Macedo Soares (Campo Largo – Paraná, décadas de 1970 e 1980).** 2008, 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco. Programa de Pós – Graduação em Educação. Itatiba, 2008.

VENERANDO, Gislene Ferreira. **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em Uberaba/MG: primeiras aproximações.** 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade de Uberaba, Uberaba, 2014.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Corrêa. **A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBREAL e a Fundação Educar no Espírito Santo de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real.** 2000. 272 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: Política Educacional). Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós – Graduação em Educação. Espírito Santo, 2000.

## FONTES

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.124, DE 8 DE SETEMBRO DE 1970. Brasília, 1970.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. MOBRAL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Cultura e continuidade**. Rio de Janeiro, 1979. v. 2, 79 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. MOBRAL. Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Documento Básico MOBRAL**. Rio de Janeiro, 1973. 66 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. MOBRAL. Movimento Brasileiro de Alfabetização, Assessoria de Organização e Métodos. **MOBRAL: sua origem e evolução**. Rio de Janeiro, 1973. 63 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. MOBRAL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Coordenação Estadual do MOBRAL em Santa Catarina. **Programa de Desenvolvimento Cultural**. Florianópolis, 197?. 27 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. MOBRAL. Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Relatório 1974-1978**. Rio de Janeiro, 1979. 57 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. MOBRAL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Relatório 1981**. Rio de Janeiro, 1982. 56 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. MOBRAL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro, 1979. v. 1, 128 p.

FARIA, Gustavo de. **Soletre Mobral e leia Brasil: cinco anos de luta pela alfabetização**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Guavira Editores, 1976.

FARIA, Gustavo de. **Soletre Mobral e leia Brasil: sete anos de luta pela alfabetização**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Guavira Editores, 197?.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico de 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. Disponível em . <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes> Acesso em 26 de jun. de 2023.

SANTA CATARINA. LEI Nº 5.088, DE 06 DE MAIO DE 1975. Florianópolis: ALESC, 1975.